

## Capítulo 2 – O concelho de Avis: enquadramento local e regional. População, economia e política.

Quando se fala sobre Avis, a *terra que Deus não quis*, parece sempre que tudo está a diminuir. Há uma tendência para exaltar o *dantes*, quando tudo era grande e a vila era muito importante; até D. João, o Mestre de Avis, lá tinha passado a sua infância. Soares de Barros ajudou a difundir esta ideia, ao apresentar em 1789, na sua *Memória* sobre a população portuguesa, o resultado de uma resenha geral dos povos de Portugal feita em 1417, por comissão que D. João I deu a Vasco Fernandes de Távora para ver, apurar e escolher os besteiros do conto. Foram apurados 4800 besteiros, entre os quais 30 em Avis, o mesmo número que em Portalegre, Castelo Branco e Montemor-o-Novo<sup>1</sup>, que agora são cidades. Estes resultados permitem concluir que no final do século XV Avis tinha uma boa cotação a nível da população, importância estratégica e rendimento das suas elites. Costa e Simas completa o quadro ao relatar a saga das 20.000 famílias de judeus expulsos de Espanha e estabelecidas no Alentejo, a quem D. João II deu asilo: “Viram-se logo as terras cultivadas, as aldeias elevaram-se a vilas...”<sup>2</sup>. Aparentemente, Avis prosperou nesta época, até que “El-Rei D. Manuel expulsou do reino todos os que não quiseram abraçar o cristianismo; tornaram então os campos a ser incultos, e por toda a parte se encontravam muitas casas abandonadas de seus habitantes. Os anais de Portugal oferecem depois como foram quase inteiramente despovoadas Avis, Beja, Fronteira (...) a província do Alentejo ainda se ressentia da falta de grande número de famílias expulsas e exterminadas ou por serem judaicas, ou por haverem sido julgados criminosos de heresia”<sup>3</sup>.

No que diz respeito às actividades económicas, Avis sempre teve uma tendência florestal acentuada. Nos seus montados criavam-se os porcos alentejanos que Rebello da Silva descreveu como sendo das raças mais distintas, “curtos e carregados de toucinho”<sup>4</sup>. E em 1789 Henriques da Silveira afirmou que os terrenos do concelho de Avis estavam “cheios de raízes e cobertos de matos”<sup>5</sup>. Também Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos, ao analisarem a população do arcebispado de Évora no século XIX, referem a fraca ocupação do solo do concelho de Avis, “onde os terrenos eram férteis por natureza”, mas

<sup>1</sup> José Joaquim Soares de Barros – *op. cit.*

<sup>2</sup> Joaquim José da Costa e Simas – *op. cit.*, p. 200.

<sup>3</sup> *Ibidem.*

<sup>4</sup> Luís Augusto Rebello da Silva – *op. cit.*, p. 331.

<sup>5</sup> António Henriques da Silveira – *op. cit.*, p. 70.

onde “apenas as margens da ribeira de Avis eram intensamente cultivadas e produziam bem, enquanto o resto do concelho estava coberto de grande montados e incultos onde proliferavam abundante caça pequena e numeroso gado”<sup>6</sup>. Carlos Portas, seguindo a proposta de divisão do Alentejo em 4 grandes regiões naturais, feita por Barros Gomes em 1878, inclui Avis na região das *Baixas do Sorraia*, que se caracteriza por terrenos arenosos, arborização dominada pelo sobreiro, pelo pinheiro manso e bravo e pelo azinho. Dentro desta, o autor particulariza uma mancha a que chama *Campos de Avis*, na qual se localizam os *barros de Alter*, “com solos mais texturados”<sup>7</sup>.

De facto, no concelho de Avis encontram-se solos com características distintas, os quais dão origem a tipos de propriedade e de exploração agrícola completamente diferenciadas. Em toda a sua zona central e sudeste verifica-se o predomínio dos referidos *barros*, havendo mesmo uma freguesia com o nome Figueira e Barros. É uma terra fértil, atravessada por ribeiras, onde predomina a cerealicultura e a olivicultura. Sobretudo na sede do concelho e nas freguesias do Ervedal e Alcórrego, a propriedade é marcadamente dispersa e dividida, com uma grande quantidade de hortas, ferragiais, tapadas e courelas<sup>8</sup>. Apesar da pluviosidade ser a mesma de todo o Alentejo, com Invernos chuvosos e Verões secos, algumas hortas da freguesia de Avis eram beneficiadas pela existência de alguns microclimas e por uma enorme quantidade de noras e outros sistemas de rega herdados da presença muçulmana, como por exemplo o cultivo em socalcos com tanques de rega que desaguavam em valas e assim encharcavam os *tabuleiros* com as diferentes plantas hortícolas e árvores de fruto. Assim, não é de espantar que estas hortas e os respectivos hortelões apresentassem nos séculos XVIII e XIX rendimentos superiores a algumas herdades de grandes dimensões situadas nas freguesias periféricas<sup>9</sup>, o que se explica facilmente pela necessidade de abastecimento alimentar da vila. Já para Norte e Oeste, sobretudo na fronteira com o concelho

---

<sup>6</sup> Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos – *Subsídios para a História da Sociedade Alentejana de Antigo Regime. População e Economia do Arcebispado de Évora no Século XVIII*, exemplar policopiado, a publicar na revista *Economia e Sociedade*, p. 28. Estas autoras também referem a perseguição de que esta vila terá ter sido alvo por parte da Inquisição como um dos factores que parecem ter contribuído para a fraca densidade populacional do concelho de Avis, *ibidem*, p. 29.

<sup>7</sup> Carlos Portas – “O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas”, *Análise Social*, vol. V (18), Lisboa, 1967, pp. 186-187. Também José de Campos Pereira, no seu estudo técnico sobre os rendimentos e valores das propriedades para avaliação da incidência dos impostos, inclui Avis na região dos barros, *A Propriedade Rústica em Portugal. Superfícies, Produções, Rendimentos, Valores*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915, p. 37.

<sup>8</sup> Em 1975 a média das superfícies dos 1690 lotes de terreno existentes em Avis era de 35,7ha: abaixo da média situavam-se as freguesias do Alcórrego com 345 lotes com uma média de 16,6 ha, o Ervedal tinha 207 lotes com 18,3 ha, Avis 371 lotes com 24,6 ha, Valongo 272 com 30,8 ha e Figueira e Barros 213 com 32,7 ha, Michel Drain e Bernard Domenech – *Occupations de Terres et Expropriations dans les Campagnes Portugaises. Présentation de documents relatifs a la période 1974-1977*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1982, p. 133.

<sup>9</sup> Livros de Décimas de Avis, 1778 e 1836.

da Ponte de Sor, as terras mais pobres e arenosas propiciam o montado de sobro e azinho e a grande concentração da propriedade<sup>10</sup>, na qual a população se dispersa, nas palavras de Paulo de Moraes, por “habitações ou povoados separados por extensos ermos”<sup>11</sup>.

A principal actividade económica do concelho era sem dúvida a criação de gado, sobretudo suíno, caprino e ovino. Nas últimas décadas verificou-se uma transferência do gado suíno para o ovino (nos anos 70, ver anexo 20) e posteriormente para o bovino, em resultado de sucessivos factores, entre os quais se salienta a peste suína africana e a integração europeia. Assiste-se, porém, recentemente, à recuperação do porco alentejano, integrada numa tendência para a revitalização dos produtos regionais classificados e etiquetados como produtos tradicionais, vendidos a nichos de mercado seleccionados, na mesma linha dos queijos, dos vinhos e de alguns produtos artesanais.

Esta superioridade da criação de gado sobre a agricultura pode comprovar-se desde pelo menos o século XVII. A consulta dos livros de décimas<sup>12</sup> é a este respeito muito elucidativa, pois revela-nos uma figura designada sob a forma de “quem disfruta o montado” ou “o senhorio disfruta os altos”, complementada pelo rendeiro que “traz de renda as terras” (diferente do rendeiro que “traz de renda a herdade”, o que arrenda tudo)<sup>13</sup>. A análise desta fonte permitiu concluir que, pelo menos até meados do séc. XIX, a lavoura do concelho de Avis caracterizava-se por uma maioria de terras na posse de grandes proprietários absentistas que arrendavam as terras a grandes rendeiros. Estes tiveram uma evolução para a situação de proprietários na segunda metade do séc. XIX, passando a constituir a parte mais importante das elites locais<sup>14</sup>. Paralelamente à figura do rendeiro das terras, outra pessoa arrendava os frutos das árvores existentes na respectiva herdade. Estes frutos do montado alentejano eram

---

<sup>10</sup> Continuando em 1975, acima da média do concelho situavam-se as freguesias das zonas mais florestais: Benavila tinha 116 lotes com média de 57,1 ha, Aldeia Velha tinha 146 lotes com 86 ha, e o Maranhão tinha apenas 20 lotes com média de 354,2 ha, Michel Drain e Bernard Domenech – *op. cit.*, p. 133.

<sup>11</sup> O autor referia-se às regiões do Sado, Alcácer do Sal e Grândola, as quais, neste aspecto não diferem muito das características do povoamento e da propriedade desta parte do concelho de Avis, *Inquerito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7ª Região Agronómica*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889, p. 58.

<sup>12</sup> Os livros de décimas de Avis vão de 1690 a 1836. O imposto da Décima, ou Décima Militar foi criado pela lei de 5 de Setembro de 1641 para fazer face às despesas mais urgentes que o Governo de D. João IV enfrentou após a Restauração. Este imposto consistiu numa contribuição geral sobre a propriedade: “as décimas de todas as fazendas, não se exceptuando género algum de pessoa, que deixasse de contribuir a dez por cento, de qualquer fazenda de que fosse senhor...”. Ver Ruy d’Abreu Torres – “Décima”, in Joel Serrão (dir.) – *D.H.P.*, vol. II, pp. 274 – 275 e ainda Jorge Fonseca – “Uma Vila Alentejana no ‘Antigo Regime’ – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207.

<sup>13</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – “Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes”, in Inês Amorim (coord) – *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2002, pp. 229-253.

<sup>14</sup> Este percurso foi descrito em *Família e Poder...*

constituídos por uma enorme série de produtos, desde a lenha, carvão<sup>15</sup> e cortiça (valorizada sobretudo a partir do início do séc. XX, mas com utilização na indústria local de fabricação de tarros e outros artefactos) até à alimentação para os diversos tipos de gado, sobretudo os gados suíno, que se alimentava de bolotas (do azinheiro) e landes (do sobreiro), e caprino, que come tudo, “até paus”.

Os impostos pagos por cada uma destas figuras revelou a importância que cada um destes produtos assumia no conjunto da lavoura alentejana, mais precisamente em algumas freguesias do concelho de Avis mais marcadas pela presença do montado de azinho e sobreiro. O tão célebre e utópico “Celeiro de Portugal” revelou-se, neste concelho, uma zona de criação de gado por excelência na qual o rendimento do trabalho no montado era consideravelmente superior ao dos cereais. Para ilustrar esta afirmação temos nos livros de décimas alguns lavradores rendeiros que pagam impostos sobre o seu *manejo* (trabalho) muito mais baixos que os seus vizinhos que desfrutam o montado da mesma herdade. Por exemplo, em 1778 há 10 casos destes, o que comparado com os 148 lavradores parece insignificante. No entanto, o lavrador da Herdade da Barba Torta, na freguesia de St<sup>a</sup>. Margarida, actual Aldeia Velha, vem referido como “quem lavrar a herdade” e paga “de seu maneyo” \$400. Na mesma herdade, “quem desfruitar os montados” paga, pelos seus lucros, 2\$000.

Há ainda uma outra figura: o “que disfruta os matos”, um criador de gado a quem o lavrador vende o *restolho* após a ceifa, com o qual alimenta os seus animais, obedecendo a uma hierarquia rígida: primeiro os bois, depois os porcos e as cabras, e por fim as ovelhas, que “vão à migalha”. Isto era muito útil ao lavrador, que ficava com as suas terras limpas, prevenindo os incêndios, ao mesmo tempo que, com o estrume que os animais depositavam, preparava a terra para a sementeira seguinte. As características descritas enquadram-se integralmente na descrição dos países mediterrânicos, feita por Orlando Ribeiro de forma quase poética e que merece ser relida: “em vez de gado graúdo, rebanhos intermináveis de reses miúdas. Pouco feno, estabulação rara, pouquíssimo estrume, limitado ao de alguns animais de trabalho mais conviventes do homem e ao dos rebanhos que vêm dormir nas terras lavradas. Como animais agrícolas, o burro e o boi e, em menor escala, as muares. O porco é reunido em grande varas, pasta e descansa à sombra do montado, nas áreas que o afolheamento dos cereais deixou devolutas. Depois da ceifa, entra nos restolhos para comer as

---

<sup>15</sup> A actividade dos carvoeiros não era negligenciável e está descrita em *idem* – “Carvoeiro”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 300-301.

espigas tombadas no chão. O porqueiro, munido da vara com que sacode os frutos, é um pastor que se desloca com o seu gado embora num espaço restrito”<sup>16</sup>.

Quanto à composição da população de Avis, o livro de décimas de 1690 apresenta-nos uma sociedade local constituída por 44% de lavradores rendeiros, 22% de trabalhadores indiferenciados (*de seu maneio*) e 12% de trabalhadores fixos das herdades ligados à pastorícia. E ainda 4% de hortelões e 7% de artesãos, além de 4% de comerciantes e percentagens residuais de categorias profissionais ligadas aos serviços, como os médicos, cirurgiões, boticários, frades, moleiros, etc. Entre os trabalhadores fixos residentes nas sedes das herdades (os montes), salientam-se os porqueiros e os hortelões, pelo seu número, e pelos rendimentos e impostos pagos, seguidos dos pastores de ovelhas, cabreiros e ganhões. Esta fonte permite-nos verificar que nos finais do século XVII a sociedade avisense caracterizava-se por uma forte presença de pequenos e grandes lavradores que trabalham as terras de grandes proprietários. Este grupo não é homogéneo, apresentando grandes diferenças entre os níveis de rendimento dos seus elementos e também entre o número de criados a quem pagavam *maneios*: enquanto alguns pagavam décimas por várias herdades e *maneios* de vários trabalhadores ajustados ao ano (justos), outros pagam apenas por uma herdade ou courela e não têm criados, o que significa que trabalhavam eles próprios a terra. Nos finais do século XVIII o panorama altera-se significativamente, assistindo-se a partir de então à concentração da lavoura nas mãos de um grupo reduzido, que se traduz em 22% de lavradores em 1778, 17% em 1865-68 (lavradores e proprietários), 14% em 1900 e 1941 e 19% em 1964<sup>17</sup>.

Simultaneamente, verifica-se a tendência para o crescimento da mão-de-obra assalariada, a qual em 1778 já representava 53% do total da população que pagava impostos sobre o seu trabalho. Na listagem dos *maneios* do livro de décimas deste ano foi possível apurar uma divisão neste grupo dos trabalhadores: os eventuais, que pagavam o seu próprio *maneio*, sem qualquer vínculo ao patrão, com 51%, e os fixos ou *ajustados*, geralmente com contrato anual, a quem o lavrador pagava o imposto, com 49%. Entre os trabalhadores fixos, residentes nos montes e especializados, os diversos pastores e *maiorais* de gado, sobretudo

---

<sup>16</sup> Orlando Ribeiro – *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1968, p. 122.

<sup>17</sup> Sobre a concentração da propriedade no Alentejo, José Rebelo Raposo comenta: “Ouve-se dizer e escreve-se que a propriedade no sul se concentra cada vez mais, afirmação talvez baseada na concentração de courelas. (...) em muitos casos, dividida a propriedade por vários herdeiros, a exploração agrícola mantém-se; há casos, por exemplo, de 2.000 hectares com 36 donos, o que quer dizer a média ou pequena propriedade em grande exploração”, *op. cit.*, p. 27. Verificavam-se alguns casos destes em Avis.

caprino e suíno, continuavam a ser a clara maioria, com 53%; mas os 29% de *boieiros* e respectivos ajudas são significativos da importância crescente dos trabalhos de lavoura da terra propriamente dita, uma vez que o gado bovino era usado quase exclusivamente nos trabalhos de preparação da terra para o cultivo de cereais. Esta fonte revelou ainda o fenómeno das enormes hierarquias que se verificavam em meio rural. Na lista dos criados da lavoura aos quais o lavrador pagava o *Maneio*, a ordenação é de forma decrescente segundo o critério do valor pago: boieiro, porqueiro, cabreiro (maneios mais altos), seguidos do pastor, ajuda, zagal e ganhão (este último geralmente com o valor zero)<sup>18</sup>. Os porqueiros eram claramente os ganadeiros mais ricos ou a elite entre os trabalhadores rurais: por exemplo no livro de décimas de 1800 encontrei casos de porqueiros residentes nas herdades dos patrões, mas ao mesmo tempo proprietários de vinhas e de casas na vila, das quais recebiam rendas.

A análise desta fonte permite-nos ainda verificar, como o fez Manuela Rocha, “a importância das herdades como considerável fonte propiciadora de trabalho permanente e temporário para a população local (em conjugação com o) papel dos pequenos cultivadores independentes”<sup>19</sup>. Porém, tal como afirma Oliveira Marques, era nítida a inexistência de grande cultura em contradição com a grande propriedade<sup>20</sup>. Ao longo do século XIX, porém, o panorama foi-se alterando. Gerardo Pery, nos seus levantamentos geográficos e estatísticos do Alentejo, encontrou nos concelhos mais orientais uma cultura muito extensa, composta de grandes searas, vastos montados (entre os concelhos com os montados mais extensos encontra-se Avis) e “olivais e vinhedos consideráveis”<sup>21</sup>. Para o autor, isto é o resultado do desenvolvimento da agricultura a partir de 1852, em consequência do início da construção de estradas e caminhos-de-ferro, da desamortização dos bens de corporações de mão morta e dos baldios municipais, do desenvolvimento da instrução pública e do crédito agrícola. No último quarto do século XIX a região caracterizava-se pela predominância da cultura de cereais, na qual o sistema de afolheamentos e de pousios era “indispensável para esta província, enquanto dominar o sistema de pastoreação para a alimentação dos gados”, uma vez que “nesta província não se fabricam estrumes; as terras são adubadas unicamente por meio dos rebanhos de gado”<sup>22</sup>. E isto porque havia um problema técnico para a introdução de adubos

---

<sup>18</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – *op. cit.*, pp. 239.

<sup>19</sup> Maria Manuela Rocha – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 68.

<sup>20</sup> Oliveira Marques – *Introdução à História da Agricultura...*, p. 108.

<sup>21</sup> Gerardo A. Pery – “Descrição da Agricultura em Portugal” (1875), in Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 273.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 274-275.

nos barros alentejanos, explicado por Maria Carlos Radich e Fernando Oliveira Baptista, e que levou a que as mais altas instâncias agronómicas da época se debruçassem sobre o assunto. Transposto o obstáculo, “o trigo avançou também nos barros”<sup>23</sup>.

Apesar das questões técnicas e dos estudos dos agrónomos que apontavam as dificuldades da cerealicultura nesta região, a sua introdução em força foi inevitável como resultado directo das leis proteccionistas do final do século que motivaram a tão celebrada arroteia da charneca alentejana, realizada pelos heróicos *seareiros*<sup>24</sup>. Segundo Mariano Feio, além do aumento das áreas de trigo, as arroteias originaram também o aumento do montado e do olival, como um subproduto de todo este processo, pois se “o montado resulta da selecção e aproveitamento dos sobreiros e azinheiras, que são espontâneos, mas que estão abafados pelo mato da charneca”<sup>25</sup>, ao arrotear a terra para o trigo seleccionaram-se também as melhores árvores e iniciou-se uma exploração mais intensiva e especializada da floresta autóctone.

Em 1915, José de Campos Pereira descreveu Avis como pertencente a uma sub-região “caracterizada pelas suas tendências para o desenvolvimento da cultura cerealífera (...) ainda possui vastíssimos terrenos em pousio, destinados a pastagens, e muitos outros entregues a charneca. Mas a lavoura é exercida pelos modernos processos intensivos, com charruas, grades, debulhadoras e um grande emprego de fosfatos de cal, sendo importantíssima a colheita do trigo”<sup>26</sup>. No entanto, mesmo com as sucessivas leis de cereais e campanhas do trigo que aumentaram de facto o cultivo deste cereal no concelho, Avis não perdeu o seu carácter predominantemente florestal<sup>27</sup>, não só devido às suas características geológicas, mas também pelas dificuldades que as deficientes vias de comunicação impunham ao escoamento dos cereais para o mercado. Pelas suas vilas e aldeias nunca passou o caminho-de-ferro,

---

<sup>23</sup> Maria Carlos Radich e Oliveira Baptista – “Percursos da tecnologia agrária”, in Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) – *op. cit.*, p. 242.

<sup>24</sup> Para Eugénio de Castro Caldas em 1958, “ainda não está feita a História da arroteia das Charnecas do Sul. O ‘seareiro’ foi a figura principal e viu nascer, nos resultados iniciais das Campanhas do Trigo, a esperança de melhores dias. Mas, vencidos os matos, domada a terra, tudo o que era fértil foi retomado pelos senhorios e rendeiros e os ‘seareiros’, perante a realidade de um solo exausto, nos areais ou nos cabeços e encostas onde a rocha aflorou, ficaram, como o Camponês de sempre, remoendo a dor de estar de novo em frente do cemitério de um mundo de ilusões perdidas”, *Eficácia Social da Agricultura Portuguesa*, separata de *Estudos*, ano XXXVI, Coimbra, 1958, p. 19. A bibliografia mais recente sobre este tema é extensa, mas podem ler-se resumos, por exemplo, em Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira – *op. cit.*, pp. 82-138, ou João Castro Caldas – “Seareiro”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 111-115.

<sup>25</sup> Mariano Feio – *A Evolução da Agricultura...*, p. 41.

<sup>26</sup> José de Campos Pereira – *op. cit.*, pp. 38-39.

<sup>27</sup> Segundo os mapas apresentados por Joaquim Cabral Rolo, Avis tem mais de 55% de superfície florestal, além de 50 a 70% de superfície agrícola cultivada e menos de 10% de incultos, “Imagens de meio século da agricultura portuguesa”, in Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) – *op. cit.*, p. 95.

apesar dos insistentes pedidos dos seus representantes municipais<sup>28</sup>, o que poderá ter constituído um entrave à produção de cereais. Por mais prosaico que possa parecer, a questão da colocação dos produtos no mercado estava condicionada por estradas de terra e *macadame* cortadas muitas vezes durante os Invernos rigorosos que isolavam aldeias e montes, ribeiras não navegáveis e viagens que se realizavam com inúmeros contratemplos tanto para a circulação de pessoas como de mercadorias. A viagem até Lisboa, então, era ainda mais atrasada pela travessia do Tejo em barças, até que em 30 de Dezembro de 1951 foi inaugurada a Ponte de Vila Franca de Xira<sup>29</sup>. O propósito de construir uma rede viária eficiente para o escoamento dos produtos e assim evitar o seu encarecimento já tinha sido formulado por Salazar em 1916 como uma das condições fundamentais para a resolução da *Crise das Subsistências*<sup>30</sup>. No entanto, as boas intenções do Presidente do Conselho não conseguiram que as vias de comunicação do concelho de Avis (ou do resto do país) fossem as mais apropriadas, uma situação que se prolongou até ao final do século. Ao menos as espécies pecuárias, porcos e ovelhas sobretudo, podiam ir pelo seu próprio pé até às feiras onde eram vendidas, especialmente à feira da Ponte de Sor, onde havia Caminho-de-Ferro desde 1865. Em meados do século XX as varas de porcos ainda eram assim conduzidas ao mercado ou a pastagens distantes, por *Maiorais* que saíam de casa durante semanas, voltando com bácoros para engordar e recomeçar todo o processo.

Nas primeiras décadas deste século realizaram-se por todo o Alentejo, e especialmente no concelhos de Avis e Ponte de Sor, cujas características do terreno eram mais apropriadas, grandes trabalhos de plantação alinhada de sobreiros e oliveiras, os quais proporcionaram ocupação de mão-de-obra em larga escala, sobretudo nas empreitadas de abertura de covas<sup>31</sup>. Já em 1902 era no distrito de Portalegre que se localizava a maior área de sobreiros do país, com 71.102 ha, que aumentou para 72.602 ha em 1928<sup>32</sup>. Em 1945 o montado de sobre e

---

<sup>28</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, p. 115.

<sup>29</sup> O deputado pelo círculo de Portalegre, Dr. Jaime Joaquim Pimenta Presado, de Avis, discursou na Assembleia Nacional em 10/1/1952 a saudar a inauguração da ponte, uma “jornada festiva” de “grande alcance político”, para a qual se deslocaram de Avis excursões em camionetas; mas aproveitou para afirmar que “é necessário que o Governo da Nação ligue o Alto Alentejo por estradas, para que essa vasta e rica região não tenha de percorrer, em pura perda, dezenas de quilómetros por más estradas, alongando trajectos para poder aproveitar o grande melhoramento”. Alega ainda que o distrito de Portalegre merece as referidas estradas devido ao brilhante resultado eleitoral de 1949!

<sup>30</sup> António de Oliveira Salazar – “Alguns Aspectos da Crise das Subsistências”, *op. cit.*, p. 250.

<sup>31</sup> Nos livros de contas do Monte Padrão, por exemplo, está registada em Outubro de 1940 a despesa da empreitada de abertura de 1873 covas para oliveiras, pagas a 1\$20 cada, o que deu um total de 2.247\$60. Segundo um dos trabalhadores dessas empreitadas, até aos anos 50 este proprietário terá plantado cerca de 60.000 pés de oliveira: “Se aquilo hoje está tudo a dar azeitona há para ali uma riqueza! Hoje aquilo tem sido uma beleza porque muita gente *leva-se* (governa-se) a apanhar a azeitona ali”, entrevista realizada no Ervedal, 21/8/1998.

<sup>32</sup> Oliveira Marques – *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978, p. 167.

azinho tinha atingido 23,4% da área total do distrito<sup>33</sup>. Este grande investimento a longo prazo de alguns lavradores com visão deu os seus frutos algumas décadas depois. Segundo os dados apresentados por Maltez, a produção de cortiça em Portugal teve um crescimento exponencial ao longo da primeira metade do século XX, passando de 16.000 toneladas em 1917 para 41.000 t em 1921, 90.000 em 1934, e atingindo um máximo de 200.000 t em 1940. A partir de então registou-se uma descida moderada: 181.421 t em 1960, 151.272 t em 1970; mas logo em 1972 voltou a subir para os valores anteriores: 192.154 t em 1972, 185.000 t no ano 2000<sup>34</sup>.

Para Balabanian, o montado é “a expressão de um equilíbrio técnico anterior à mecanização”, que se adapta a uma “carga elevada de mão-de-obra, tanto na criação como na manutenção”<sup>35</sup> e que necessariamente implica uma especialização, tanto ao nível dos trabalhadores fixos que apascentam o gado ou guardam a propriedade<sup>36</sup>, como dos eventuais que realizam as tarefas da poda e da tiragem da cortiça. O montado empregava ainda mão-de-obra feminina e infantil absolutamente não especializada para “andarem à boleta”, uma tarefa importante de apanhar e armazenar bolota para alimentação do gado suíno durante o resto do ano<sup>37</sup>. Por este motivo, o autor classifica o montado na categoria de terras cultivadas, pois “é uma criação humana que apresenta sinais inequívocos de intensificação”<sup>38</sup>. O carácter de agricultura intensiva atribuído ao montado alentejano é defendido por vários autores, sobretudo no que diz respeito à complementaridade entre a tiragem da cortiça e a alimentação dos porcos. Oliveira Baptista, por exemplo, afirma que “o porco alentejano é, ainda hoje, um precioso instrumento de transformação da bolota e, conseqüentemente, de valorização do montado”<sup>39</sup>. Porém, a peste suína africana, identificada em Portugal em 1957, teve “efeitos devastadores” neste ramo da produção pecuária nacional e fez desaparecer, quase definitivamente, os porcos da paisagem alentejana. Nos anos 60 verificaram-se, segundo Balabanian, uma sucessão de erros técnicos que difundiram, em vez de eliminar, a doença<sup>40</sup>,

---

<sup>33</sup> *Repovoamento Florestal*, Cadernos do Ressurgimento Nacional, SNI, Lisboa, 1945.

<sup>34</sup> José Adelino Maltez – *op. cit.*, p. 23.

<sup>35</sup> Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 19.

<sup>36</sup> Cristina Joanaz de Melo – “Guarda”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 317-318.

<sup>37</sup> Além desta actividade legal e paga pelo proprietário, outra se desenvolvia à margem da lei e da vigilância dos guardas: a do *boleiteiro*, que assaltava os montados “para furtos importantes de bolota que depois vendem como sua”, Silva Picão – *op. cit.* p. 70. Ver ainda Maria Antónia Pires de Almeida – “Boleiteiro”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 291-292.

<sup>38</sup> Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 24.

<sup>39</sup> Oliveira Baptista – *A Política Agrária do Estado Novo...*, p. 275. Villaverde Cabral acrescenta ainda que devido a isto em alguns concelhos “o produto líquido por hectare de sobreiro era mais elevado do que o hectare de trigo...”, *op. cit.*, p. 60.

<sup>40</sup> Logo em 1962, João Manso Ribeiro, director do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, pensou ter conseguido obter a vacina. No entanto, “ao contrário do vírus da peste porcina clássica, que uma vez inoculado produz anticorpos

o que levou a uma mudança na política agrária, a qual passou a desenvolver-se através de intervenções no mercado e do fomento da passagem do porco preto alentejano (o *porco gordo* ou de montanheira, com 53% de gordura) ao *porco carne* (da raça *large white*, com apenas 23% de gordura), que é criado no regime de estabulamento e alimentado a ração. No final dos anos 60 “o porco de carne foi-se consolidando e aumentou o número de instalações destinadas à engorda industrial de porcos”<sup>41</sup>, esta realizada maioritariamente noutras regiões do país.

Além dos entraves atrás descritos para a cerealicultura e a propensão natural para a floresta, outro factor, talvez o mais importante, terá dificultado inicialmente a introdução intensiva da cultura de cereais: uma das mais baixas densidades populacionais de todo o território nacional, que obrigava à importação de mão-de-obra de outras regiões para os grandes trabalhos da ceifa<sup>42</sup>. Em 1828 Avis era sede de comarca, com uma área de 3.203,72 km<sup>2</sup> e uma população de 22.520 habitantes, o que nos dá uma densidade de 7 hab./ km<sup>2</sup>. O concelho propriamente dito tinha nessa data apenas 516,31 km<sup>2</sup> e 6,8 hab./km<sup>2</sup>, que evoluíram para 8,5 em 1878 e chegaram a 1900 com 10,1. Actualmente o concelho tem 605 Km<sup>2</sup>, ou mais precisamente, 60.555 hectares (ha), e uma população que sofreu uma grande flutuação ao longo do século XX, como se pode ver nos gráficos 1 e 2 do anexo 5. A linha de evolução deste concelho não difere muito da do distrito em que está inserido<sup>43</sup>, onde a segunda metade do século XX ficou marcada pela perda massiva de população, sobretudo na década de 60 (gráfico 3 do mesmo anexo): o distrito de Portalegre verificou uma diminuição de 20% entre 1960 e 1970, a mesma que o total dos três distritos alentejanos; nesses anos Avis perdeu 28,8%, chegando a 1981 com menos população do que tinha no início do século. Nas últimas duas décadas, Évora destacou-se da região em que está inserida ao apresentar um aumento demográfico semelhante ao total nacional, ao contrário dos distritos de Portalegre e Beja, que continuaram a curva descendente (gráficos 4, 5 e 6). Actualmente Beja tem a densidade

---

imunizadores, o da peste porcina africana não os produz”. Portanto, ao fazer um programa nacional de vacinação, os serviços centrais ajudaram a difundir a doença, que chegou a ser chamada a “peste governamental”, Olivier Balabanian – *op. cit.*, pp. 394-399.

<sup>41</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, pp. 274-275.

<sup>42</sup> Sobre a problemática dos *ratinhos*, Silva Picão afirmou que os alentejanos nunca realizavam estes trabalhos – *op. cit.*, p. 107, e Fernando Medeiros acrescentou que a força-de-trabalho alentejana “definitivamente proletarizada revelava-se numericamente insuficiente, e demasiado cara para assegurar a actividade do ciclo completo da produção”, *op. cit.*, p. 309.

<sup>43</sup> A freguesia do Couço, inserido no concelho de Coruche, distrito de Santarém, mas “localizada numa zona híbrida entre o Ribatejo e o Alentejo” apresenta também um comportamento demográfico muito semelhante ao desta última região, ver Paula Godinho – *op. cit.*, pp. 4, 46.

populacional mais baixa do país com 16 hab./km<sup>2</sup>, seguido de Portalegre com 21 hab/km<sup>2</sup>, Bragança com 22 e Évora com 23<sup>44</sup>.

Como já se viu no capítulo 1, a baixa ocupação humana do Alentejo preocupou inúmeros teóricos e políticos ao longo dos séculos<sup>45</sup>. Não vamos alongar-nos neste capítulo com a descrição desta problemática, nem com as Campanhas do Trigo ou a Segunda Guerra Mundial e conseqüente limitação à emigração e maior necessidade de auto-abastecimento alimentar do País. Constata-se apenas que estes dois factores levaram a um aumento populacional significativo nesta região nos anos 30 a 60. Sobretudo a década de 40 parece ter sido o período mais negro para as regiões rurais sobrepovoadas: “O bucólico e solidário mundo rural onde sempre haveria ‘uma côdea ou um caldo’ era um mundo de subalimentação e miséria com esmagadoras taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil”<sup>46</sup>. Esta situação não passou despecebida na Assembleia Nacional, onde o deputado Quirino Mealha, na sua intervenção do dia 31/3/1944, chamou a atenção para os trabalhadores agrícolas de Beja, que estavam no desemprego e a passar fome:

“O que é mais grave é a falta de pão, que está para a alimentação do trabalhador alentejano quasi como o ar está para a respiração. São as terríveis e invencíveis consequência da maldita guerra? De acordo”. E acrescenta que é uma injustiça “faltar o pão àquele que o semeia, monda e ceifa, derramando o seu suor sobre a terra que o produz, e continuar a existir com regularidade e muito bom, onde apenas é consumido”, o que ele classifica de contra-senso<sup>47</sup>.

No entanto, mesmo nos picos demográficos que se verificaram em Avis, a densidade deste concelho nunca chegou sequer aos 16 hab./km<sup>2</sup>, atingindo apenas um máximo de 15,5 em 1950, que decaiu para 10,4 em 1970, 9,4 em 1991 e chegou aos 9 hab./km<sup>2</sup> em 2002<sup>48</sup>. A baixa pressão demográfica fez com que Castro Caldas afirmasse em 1963 que o efeito repulsivo da população era baixo nos distritos do Sul. No entanto, para este autor, “este indicador pode ocultar a ‘pressão demográfica’ existente em certos estratos da população agrícola de economia débil, como o dos ‘assalariados’. Por isso o ‘êxodo agrícola’ se

---

<sup>44</sup> *Diciopédia 2002*.

<sup>45</sup> Ver Aristides de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, ed. ilustrada, Portucalense Editora, Porto, 1941, pp. 228-230.

<sup>46</sup> Laura L. Graça – “Política Agrícola”, *op. cit.*, p. 64.

<sup>47</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*, 31/3/1944, p. 349. Este deputado apontou ainda as causas do desemprego sazonal: “regime agrário, monocultura, absentismo, empobrecimento da lavoura, aumento da população, proletarianização rural, etc.”, alegando que a “função social da propriedade” é dar trabalho, *idem*, p. 350.

<sup>48</sup> Segundo a *Diciopédia 2002*, Avis encontra-se no 3º lugar mais baixo desta categoria, depois de Mértola e Alcoutim com 7 e Monforte com 8. Também com 9 há apenas Ourique, Idanha-a-Nova, Alcácer do Sal e Alvito.

desencadeia (...) Isto acontece, como é óbvio, em resultado das disparidades da repartição do PIB agrícola...”<sup>49</sup>.

As disparidades da sociedade alentejana não eram novidade. Eram mesmo alvo das preocupações de uma certa elite intelectual que alertava com alguma insistência o poder central para o problema que era consideradas como algo potencialmente perigoso. Foi o caso da comunicação do mesmo Professor de Agronomia, Eugénio Castro Caldas, no Congresso da União Nacional em 1956, que descreveu a situação no Alto Alentejo do seguinte modo:

“Poucos patrões, muitos assalariados: a cada patrão correspondem 20 assalariados. E, para estes, vedado está o acesso na escala social. O estrato intermédio é excepção de raros, a mobilidade social é muito reduzida. O quadro é o de uma sociedade rural pouco evoluída, baseada numa economia do tipo colonial (...) permanentemente ameaçada de crises de carência e de excesso de produção. Exprime um ambiente carregado de fermento activo de conflito social”<sup>50</sup>.

A análise da estrutura social do concelho de Avis revela-nos baixas percentagens de proprietários e rendeiros e altas percentagens de trabalhadores rurais. Por exemplo, em 1941 o recenseamento eleitoral (uma fonte longe de absoluta, devido às leis eleitorais limitativas) apresenta-nos uma sociedade dividida em: 1% de grandes proprietários; 13% de pequenos proprietários, agricultores e rendeiros; 7% de seareiros; 4% de profissões liberais e funcionários; 4% de comerciantes; 12% de artesãos; 1% de criados de casa e 58% de trabalhadores rurais, incluindo os jornaleiros e os empregados das lavouras<sup>51</sup>. O Recenseamento Geral da População de 1940, por outro lado, revela uma disparidade ainda maior, com apenas 10% de *patrões* e 76% de trabalhadores assalariados (incluindo os 68% de assalariados e os 8% de empregados ao ano, ver gráfico 7 do anexo 5). Em 1964, de novo o recenseamento eleitoral produziu os dados apresentado no gráfico 8, que revelam uma ligeira diminuição do peso dos trabalhadores rurais (de 58% para 51%) e o aumento dos proprietários e agricultores independentes (de 14% para 19%).

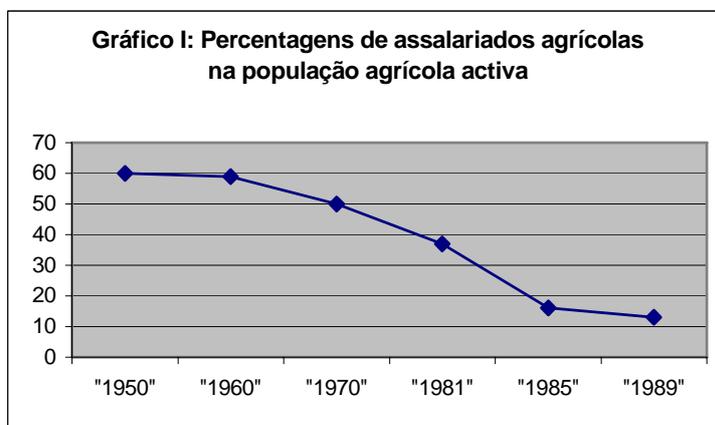
Entre os trabalhadores rurais encontra-se, na mesma fonte, a estrutura apresentada no gráfico 9 do mesmo anexo. Mas estes dados divergem dos apresentados pelas estatísticas agrícolas que nos mostram em 1970 um substancial aumento dos trabalhadores rurais que passam a representar 91% da população de Avis (gráfico 10). É nítida, tanto no

---

<sup>49</sup> Eugénio de Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro – *Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1963, p. 92.

<sup>50</sup> Eugénio de Castro Caldas – “Condições morais e sociais da vida rural”, *op. cit.*, p. 130.

<sup>51</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, p. 209.



recenseamento eleitoral como nas estatísticas agrícolas, a proletarização da mão-de-obra agrícola neste concelho, o que contraria a tendência geral nacional nesta época que era no sentido da diminuição da utilização da mão-de-obra assalariada na agricultura, como se pode constatar nos dados apresentados por Oliveira Baptista e que resumimos no gráfico 1<sup>52</sup>.

A alta percentagem de trabalhadores rurais indiscriminados esconde uma realidade muito frequente no meio rural alentejano desta época: é que o trabalhador eventual, não especializado, era um jornaleiro, trabalhava no que houvesse e que lhe pagasse a jorna. Tanto lhe fazia que fosse na agricultura, como a abrir buracos numa obra, a partir pedra para a limpeza da terra (*despedrega*) ou para a construção de estradas ou atrás de topógrafos a carregar o material e a fazer buracos<sup>53</sup>. Podia ainda acumular com trabalhos ocasionais de empreitada ou na qualidade de *seareiro*, o que era considerado para este grupo como algo muito mais vantajoso em termos salariais do que ser *justo* numa herdade. Além de se sentirem mais livres da “repressão” do patrão:

“Passita – Os meus irmãos tiveram sempre um espírito que eu partilhei, uma necessidade de nos sentirmos pessoas livres. E uma forma de estarmos livres das regras do trabalhador que era jornaleiro, que tinha de estar sujeito à repressão do patrão, era trabalharmos por nossa conta. Por exemplo, apanhava-se azeitona de empreitada, ceifava-se de empreitada, arrancava-se pedra para construir as estradas de *macadame*...”<sup>54</sup>.

Estes trabalhadores também faziam, com alguma frequência, migrações sazonais para a realização de trabalhos em locais distantes, como por exemplo nas fábricas de tomate no Ribatejo. As temporadas longe da terra, com ou sem a família, também estão presentes nas

<sup>52</sup> Realizado a partir dos dados fornecidos por Oliveira Baptista – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Fora do Texto, Coimbra, 1993, p. 113. Luciano Amaral também refere que “após um primitivo período de estabilização (1950-1960), a percentagem de assalariados agrícolas decresce com uma certa intensidade em 1970 (...) a pressão demográfica nas zonas rurais enfraqueceu e a tendência de proletarização inverteu-se”, *op. cit.*, p. 903.

<sup>53</sup> Fontes orais no Ervedal: o já referido trabalhador rural que fez várias empreitadas a partir pedra e a abrir covas para oliveiras, além de ter andado 13 anos a trabalhar para o Instituto Geográfico a fazer o aperfeiçoamento do cadastro, voltando sempre 4 meses por ano à terra para *fabricar* uma pequena courela como *seareiro*, entrevista em 21/8/1998. Pacheco Pereira também refere “A escassa procura de mão-de-obra no Inverno colocava habitualmente os trabalhadores na necessidade de recorrerem a outros empregos de circunstância, dos quais os mais vulgares são a construção civil, o trabalho nas minas e em obras públicas, como seja a abertura de estradas ou obras municipais”, “Atitudes do trabalhador rural alentejano face à posse da terra e ao latifúndio”, in Afonso de Barros (coord.) – *A Agricultura Latifundiária...*, p. 184. Ver também Conceição Andrade Martins e Maria Antónia Pires de Almeida – “Cavador”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 153-155.

fontes literárias, como por exemplo no romance *Fanga*, de Alves Redol, no qual um pai leva a filha mais velha para uma empreitada longe de casa. Estes eram os verdadeiros operários agrícolas, cuja concepção do salário é antes de tudo monetária<sup>55</sup>, apesar de alguns também terem aspirações a possuir um pedaço de terra. Os trabalhadores fixos, por outro lado, tinham maior estabilidade, proporcionada pelo contrato anual que podia incluir o salário (*ajustado* ao ano), as *comedorias*, a casa de habitação, uma pequena horta ou uma parte de colheita e o *provilhal* (animais no rebanho do patrão, no caso dos pastores)<sup>56</sup>. Contudo, mesmo esta estabilidade era relativa, pois o mais frequente era a grande mobilidade destes trabalhadores e suas famílias. Em praticamente todas as entrevistas que realizei, os *maiorais* de parselhas ou dos porcos ficavam apenas alguns anos em cada patrão, mudando de herdade e mesmo de freguesia assim que conseguiam melhores condições salariais noutra lavoura, ou simplesmente porque se incompatibilizavam com o feitor ou tinham alguma desavença, ou então porque queriam casar com alguém que morava longe...<sup>57</sup>.

Por seu lado, as respectivas mulheres e filhas faziam qualquer trabalho, estas sim sem qualquer estabilidade e muito menos permanência e sempre com salários mais baixos do que os homens<sup>58</sup>.

“Júlia – Aquilo, acabava-se a azeitona, até vir as mondas não havia trabalho. Depois íamos mondar. Depois acabava-se as mondas, até vir a *assefa* estava tudo em casa. (...) as criadas, as que estavam com a senhora, essas é que *trabalhavam* sempre. A gente era às temporadas.

– Mas os homens trabalhavam sempre?

Júlia – Quando havia. Esses que *estavam* justos *trabalhavam* sempre. Os que *andavam* à jorna, que é ao dia, umas vezes ganhavam, outras vezes não”<sup>59</sup>.

---

<sup>54</sup> Entrevista a João Passita, carpinteiro, filiado no Partido Comunista, Avis, 21/11/1998.

<sup>55</sup> Michelle Perrot – *Les ouvriers en Grève: France 1871-1890*, Mouton, Paris, 1974, vol. 1, p. 132.

<sup>56</sup> Ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Criado de Lavoura” e “Ganadeiro”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 165-170, 190-194. Afonso de Barros também salienta esta “clivagem” entre os trabalhadores eventuais e os permanentes: “Substancial diferença separa estas duas camadas sociais. Sem emprego garantido, condenados à permanente insegurança e auferindo de magro rendimento, não só por virtude de conseguirem trabalho durante cerca de metade do ano como devido ao facto de os seus salários serem mais baixos do que os dos permanentes...”, *A Reforma Agrária em Portugal...*, p. 75.

<sup>57</sup> O CD *No Paraíso Real...* descreve um caso destes: um patrão despediu um caseiro, “mandou-o para a rua. Lá viemos outra vez de malas enroladas, porque o meu pai tem agora setenta e seis anos, mas ele diz que nunca teve amizade a patrões. Então assim que não lhe agradava, enrolava a tenda...”, p. 63.

<sup>58</sup> “A grande maioria das mulheres eram contratadas como jornaleiras. O salário não era fixo, mudava conforme a época do ano, isto é, dependia da raridade ou da abundância de mão-de-obra e mesmo das condições climáticas. Os salários mais altos eram pagos durante a estação das colheitas e das ceifas. (...) As mulheres eram contratadas ao dia ou aos meios-dias e recebiam um salário correspondente ao número de dias ou meios-dias que trabalhavam. (...) A jorna paga a uma mulher era sempre inferior à do homem”, Albernoa, Baixo Alentejo, anos 1940, 50, fontes orais citadas por Carlos Borges Pires e Magda Zanoni – *op. cit.*, p. 239.

<sup>59</sup> Entrevista Júlia Amália Serrano, trabalhadora rural e mulher-a-dias, Avis, 10/5/1998.

Mesmo as caseiras, mulheres dos caseiros, não tinham um ordenado seu como tal, mas apenas uma remuneração por algum trabalho eventual como criada, lavadeira<sup>60</sup> ou cozinheira. Se eram mulheres de trabalhadores fixos, com direito a casa no monte, estavam sujeitas apenas à caridade do patrão no caso de enviuvarem. Por exemplo, a família de um azeitador de máquinas ficou a residir na casa que ocupava no monte da herdade quando o pai morreu com 35 anos:

“Charuto – A minha mãe trabalhava no campo. Trabalhava lá à jorna lá na casa. O patrão deixava morar lá a gente, dava lenha. Quando chegava o corte davam uma *mancheia* de lenha, uns ovos nos feriados, foi assim que a gente fomos criados”<sup>61</sup>.

Residindo nos montes ou nas vilas, as mulheres participavam maioritariamente em trabalhos sazonais, sobretudo na apanha da azeitona, da bolota e dos *legumes* (favas, grãos e outros, para os quais saíam por volta das 4 da manhã, pois estas leguminosas tinham de ser apanhadas antes do calor do meio-dia), nas ceifas, na espalhação de estrumes e adubos, nas mondas e sachas, e, já nos anos 60, na apanha do tomate. Todos estes trabalhos são realizados numa posição de costas dobradas para a frente ou de agachamento, algo a que os homens raramente se permitiam, por considerarem pouco digno e humilhante...

Por exemplo no Monte Padrão, Figueira e Barros, há sempre ranchos de *Mulheres e Raparigas*, tanto a *caiar*, como à *jorna* (1938-60), o que corresponde à descrição que Silva Picão faz do trabalho feminino na lavoura alentejana<sup>62</sup>. Alguns destes trabalhos agrícolas, devido às suas características específicas, ocupavam apenas metade do dia, o que fazia com que as mulheres usassem a parte da tarde em trabalhos domésticos ou, para ganhar mais algum dinheiro, em trabalhos *a-dias* em diversas casas. Foi esta versatilidade do trabalho, tanto masculino como feminino, que permitiu aos trabalhadores de Avis a transição fácil para as grandes obras de construção da barragem nos anos 50 e, mais tarde, para o emprego nas fábricas de concentrado de tomate (inaugurada na campanha do Verão de 1970) e de transformação de produtos lácteos (construção iniciada em Dezembro de 1970).

---

<sup>60</sup> Mesmo nas casas que empregavam criadas permanentes ou mulheres-a-dias, grande parte da roupa era lavada por estas mulheres que trabalhavam à tarefa. A falta de água canalizada obrigava a que a roupa fosse lavada no exterior das habitações, em riachos ou nas fontes das cidades e vilas, em tanques especialmente construídos para o efeito. As mulheres que desempenhavam estas funções eram das classes trabalhadoras e estão presentes na literatura no papel de sofredoras. No entanto, no período do Estado Novo foram objecto de exaltação com o filme *Aldeia da Roupa Branca*, que se integra na política de enaltecimento dos valores rurais e tradicionais portugueses. José Saramago também alude ao trabalho de lavadeira realizado pelas crianças para ajudar ao rendimento familiar: “irá com a irmã lavar roupa na ribeira, uma carga de roupa que foram buscar ao prédio, sempre são vinte escudos...”, *op. cit.*

<sup>61</sup> Entrevista a Manuel Joaquim Soeiro, de Alcinha *Charuto*, Avis, 11/6/1998.

<sup>62</sup> Ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Jornaleira”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 199-203.

Desde os finais do século XIX que algumas mentes mais iluminadas do concelho de Avis lutavam pela construção de uma barragem, perante a resistência das elites fundiárias tradicionais<sup>63</sup>. No entanto, esta foi sendo adiada. Ainda em 4 de Setembro de 1938 o jornal *A Mocidade* (da Ponte de Sor) apelava aos “descendente dos homens inteligentes de Avis” para se unirem e clamarem pela barragem. De facto, se em 1889 o presidente da câmara José Lopes Coelho se opôs à construção de uma barragem cujas obras já tinham sido iniciadas, meio século depois o seu neto Luís Mendes Vieira Lopes, também presidente da câmara (entre 1941 e 1950), nada fez para que tal projecto avançasse<sup>64</sup>. A sua filiação política no partido de José Pequito Rebelo, o defensor da lavoura tradicional que se apresentou às eleições de 1949 como líder da *Lista Regionalista Independente*, levava-o certamente a tomar a mesma posição defendida por José Rebelo Raposo, que ainda em 1962 afirmava que as obras de hidráulica agrícola eram investimentos demasiado caros e sem retorno, além de não resolverem os problemas sociais:

“Obra social, dizem os idealistas. Obras sociais são hospitais, creches, asilos... Não há obras de rega sociais, a não ser que a Nação tenha grandes rendimentos noutros sectores que as pague. Obras de rega ou se amortizam ou não se fazem!”<sup>65</sup>.

“Aço – As pessoas a quem eles davam uns tostõezitos para trabalhar e tinham-nos ali sempre à disposição. Também ouvi falar quando foi da Barragem: esses todos empenharam-se a ver se a barragem não ia para lá para não lhe irem aos bocadinhos deles”<sup>66</sup>.

Foi necessária a mudança da administração municipal em 1950 para que as obras da actual Barragem do Maranhão, que fornece energia eléctrica e irriga todo o concelho e arredores, fossem iniciadas em 1952, integradas na política de fomento hidro-agrícola levada a cabo pelo Estado Novo a partir da Lei nº 1.949 de 15/2/1937, cujos objectivos incluíam a intensificação cultural e a concentração e promoção económica e cultural das populações<sup>67</sup>. Esta legislação foi completada com a Lei nº 2.002 de 26/12/1944, que promulgou a electrificação do país e instituiu a Rede Eléctrica Nacional, prevendo a complementaridade entre a produção de energia eléctrica, a reorganização e fomento industrial e o plano de

<sup>63</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, p. 46.

<sup>64</sup> Na mesma linha, também em Montemor-o-Novo, segundo António Gervásio, os “grandes senhores da posse da terra”, que dominavam a vida do concelho, opuseram-se à instalação de empresas industriais no concelho” e impediram o seu desenvolvimento, *op. cit.*, p. 325.

<sup>65</sup> José Rebelo Raposo – *op. cit.*, pp. 39-40.

<sup>66</sup> Entrevista a António Nunes, de alcunha de família “Aço”, um carpinteiro de Avis residente em Lisboa, 23/4/1998.

<sup>67</sup> O programa de obras públicas e irrigação do Alentejo abrangeu mais de 75.000ha, com um custo superior a 2 milhões de contos (*Vida Rural*, 7/9/1974, p. 5). Os planos, a legislação e as concretizações do Estado Novo na questão da Hidráulica Agrícola foram descritos ao pormenor por Oliveira Baptista num capítulo específico da sua obra *A Política Agrária do Estado Novo...*, pp. 69-142 (barragens do Sorraia pp. 111-116).

irrigação da agricultura. Segundo Fernando Rosas, a construção de barragens iniciadas no final da década de 40 deu origem ao processo de electrificação nacional sustentador da industrialização do pós-guerra<sup>68</sup>. A industrialização do país teve como suporte legal a Lei de Fomento e Reorganização Industrial (nº 2.005, de 14/3/1945), concebida por Ferreira Dias e que constituiu o “‘principal’ e, porventura, o único verdadeiro projecto de industrialização formulado durante toda a vigência do Estado Novo”<sup>69</sup>.

O novo presidente da câmara de Avis, Dr. Heliodoro Lopes Chitas (1950 – 1962), farmacêutico, era membro da União Nacional e foi directamente apoiado pelo deputado do círculo de Portalegre entre 1945 e 1953, Dr. Jaime Joaquim Pimenta Presado, o qual, ao discursar na Assembleia Nacional em Março de 1952, elogia os grandes planos de irrigação e da construção da barragem do Maranhão, descrevendo as melhorias que já se faziam sentir no concelho: “Na povoação e seus termos começa a sentir-se o efeito dessa grandiosa obra. Engenheiros e outros funcionários instalam-se, grandes tractores e máquinas percorrem as estradas, constrói-se uma estrada de acesso à barragem, fazem-se barracões e casas de habitação, empregam-se braços às centenas, resolve-se essa confrangedora crise do desemprego rural...”<sup>70</sup>. Mas este deputado, que derrotou Pequito Rebelo nas referidas eleições de 1949, e não se cansava de atacar a grande lavoura e os “lavradores locais que não evoluem” (atingindo directamente o cunhado, o anterior presidente da câmara Luís Mendes Vieira Lopes e seu inimigo pessoal), classificando-se a si próprio como “lavrador também, modesto, é certo” e reclamando grande experiência como médico rural<sup>71</sup>, continua o seu discurso com a sugestão da distribuição de terras aos trabalhadores. Esquecendo certamente que estava casado com uma das maiores proprietárias do concelho de Avis, e provavelmente entusiasmado com a leitura de Oliveira Martins, nesta sua intervenção clama: “Dê-se ao Alentejano trabalho, um pedacito de terra onde mergulhe as suas raízes sedentas de seiva, (...) crie-se-lhe um lar, mesmo modesto, e o Alentejano, auxiliado pelas grandes obras de irrigação, virá em muito contribuir para o enriquecimento do País”<sup>72</sup>. É claro que tal discurso não passou de fogo de vista na altura em que foi proferido. Mas as obras lá continuaram, sendo visitadas em Março de 1953 pelo Ministro da Obras Públicas, Eng. José Frederico

---

<sup>68</sup> Fernando Rosas – *O Estado Novo...*, p. 453.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 452. Para Luciano Amaral, as leis de Ferreira Dias foram “os dois diplomas germinais do processo de industrialização no pós-guerra”, *op. cit.*, p. 893.

<sup>70</sup> *Diário das Sessões...*, 13/3/1952, p. 488.

<sup>71</sup> Intervenção do dia 16/12/1949, *ibidem*, p. 107.

<sup>72</sup> Intervenção do dia 13/3/1952, *ibidem*, p. 489.

Ulrich. A inauguração deu-se em 1958 e o monumento que a celebra, com a esfinge de Salazar e situado junto à central eléctrica, no Maranhão, a 14km de Avis, tem a seguinte inscrição: “Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos. A rega é considerada magno problema de interesse simultaneamente económico, social e militar, que, como nenhum outro, contribuirá para a valorização do património nacional, para a criação da riqueza pública, para a absorção do nosso excesso demográfico e para o desenvolvimento do comércio interno e externo do país”.

De facto, estas obras públicas já não tinham o objectivo limitado de regular o emprego em períodos de crise, como tinha sido habitual até então<sup>73</sup>, evitando os “verdadeiros cadinhos de odio de classe e luta social”<sup>74</sup>. Pelo contrário, além dos objectivos muito concretos expostos na legislação, as obras da construção da barragem e consequentemente de estradas e pontes constituíram uma alternativa que se provou definitiva para a mão-de-obra do concelho de Avis e arredores. Confirmou-se o “carácter corruptor das obras públicas junto dos assalariados agrícolas”, previsto por Paulo de Moraes em 1887<sup>75</sup>, pois rompeu-se o monopólio da oferta de postos de trabalho, o que favoreceu o poder contratual do trabalhador assalariado nestas zonas rurais. Em Avis a construção da barragem foi de facto uma obra social que fixou a população rural, pelo menos provisoriamente, atrasando por alguns anos a emigração, criou emprego e aumentou (relativamente) os salários, e viabilizou a instalação de indústrias devido à produção de energia eléctrica e ao aumento do caudal da ribeira que permitiu a introdução de culturas de regadio como por exemplo o tomate.

Por outro lado, quando as obras acabaram os trabalhadores não voltaram ao trabalho rural, preferindo emigrar em massa à procura de uma viabilidade de emprego que se conjugasse melhor com as suas novas aspirações<sup>76</sup>. Na opinião de Carlos Portas, o trabalhador alentejano: “como proletário que é, emigra com mais facilidade”. E como a terra

---

<sup>73</sup> Villaverde Cabral usa a expressão “utilização pré-keynesiana das obras públicas como elemento regulador do emprego”, *op. cit.*, p. 51.

<sup>74</sup> Palavras do governador Civil de Portalegre ao falar sobre o perigo da fome, “principal agente subversivo da classe rural”, Revista *Expansão Portuguesa*, 1935. Salazar também avisou contra as “perigosas solicitações a que está sujeito” o operariado ou a massa trabalhadora, que “não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos – comunismo e corporativismo”, António de Oliveira Salazar – *O Meu Depoimento. Discurso de S. Ex.<sup>a</sup>. o Presidente do Conselho, na Sessão inaugural da II Conferência da União Nacional, no Porto, em 7 de Janeiro de 1949*, Edições SNI, Lisboa, 1949, p. 17.

<sup>75</sup> Citado por Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 51.

<sup>76</sup> Isto é um fenómeno cultural bastante frequente. Por exemplo no Brasil, “durante os anos 1920, o automóvel transformou a vida política e social. As vítimas da seca, que foram empregadas pelo IFOCS para construir estradas e não voltaram para a agricultura, ampliaram o proletariado urbano”, Linda Lewin – *Política e Parentela na Paraíba. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*, Record, Rio de Janeiro, 1993, p. 292. Segundo as palavras de Cutileiro, “da fome da terra se vai passando à aversão pela terra”, *op. cit.*, p. 381.

já não é símbolo de prosperidade, “tem cada vez menos inveja de seareiros e pequenos proprietários: antes trabalhar como operário, num país além-Pirinéus, do que viver dumas dezenas de hectares de terra no silúrico alentejano”<sup>77</sup>. Isto confirma o comentário de Orlando Ribeiro às obras de hidráulica agrícola do Estado Novo: “A irrigação em nenhum lugar fixou gente no campo. Em todos os concelhos onde se fizeram obras de rega a população diminuiu entre 1960 e 1970, atraída pela emigração e pelos mesteres urbanos. Não existe mais clara prova de uma obra técnica desintegrada do seu condicionamento humano...”<sup>78</sup>.

A década de 60 foi marcada pelo êxodo de grande parte da população rural, e Avis não foi excepção. Assistiu-se também ao declínio dos movimentos de migrações periódicas<sup>79</sup>. Estes fenómenos permitiram aos que ficaram uma maior capacidade de reivindicação que se manifestou no sucesso da greve de 1962 pelas 8 horas de trabalho<sup>80</sup>. As palavras do líder local da Reforma Agrária, José Luís Correia da Silva, resumem este processo:

“José Luís – Na altura, as pessoas aqui só começaram a sair daqui depois da barragem do Maranhão. Isso é que deu aqui também um grande impulso para as pessoas, para a gente começar a compreender que a vida que não podia ser aquilo. E então daqui abalou muita gente.

– Mas a barragem não criou mais emprego?

José Luís – Criou na altura, e as pessoas habituaram-se a esse trabalho e depois abalaram. E depois a seguir de 1962, mais a partir de 64, é que abalou muita gente. Começou a abalar muita gente do Alentejo”<sup>81</sup>.

Até então, a emigração permanente no concelho de Avis limitava-se a alguns filhos das elites fundiárias ou dos serviços que tinham estudado e não tinham localmente onde desempenhar as suas profissões. O alargamento do grupo que emigrava aos trabalhadores rurais obedeceu a uma nova lógica de procurar uma melhoria das condições de vida e de trabalho. Tal como escreveu Anselmo de Andrade, os indígenas de Avis, enfeitiçados pela Circe da vida urbana, queriam *colocar-se*<sup>82</sup>. Outro perigo também exposto pelos autores antigos, como por exemplo José Veríssimo Álvares da Silva, era o serviço militar que levava

---

<sup>77</sup> Carlos Portas – *op. cit.*, p. 200.

<sup>78</sup> Orlando Ribeiro – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª ed. revista e ampliada, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1986, p. 158. O mesmo se passou na Andaluzia, segundo Balabanian, que afirma que em Espanha a colonização foi um fracasso: “A fórmula mágica da reforma agrária (com as grandes obras de hidráulica e os trabalhos relacionados) conjugada com outra fórmula mágica – a cooperação – resulta num balanço fortemente negativo”, *op. cit.*, p. 238.

<sup>79</sup> Oliveira Baptista – “Sociedade Rural”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol. II, p. 947.

<sup>80</sup> “o horário de trabalho a par do salário e do emprego foram, dum modo geral, os objectivos das lutas desencadeadas. Com o êxodo rural dos anos sessenta criaram-se condições que permitiram aos trabalhadores uma situação mais favorável em qualquer um destes aspectos, nomeadamente no emprego, o que certamente contribuiu para o decréscimo da intensidade das lutas”, *idem* – *A Política Agrária do Estado Novo...*, p. 174.

<sup>81</sup> Entrevista a José Luís Correia da Silva, primeiro presidente da câmara eleito (em 1976), presidente da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Portalegre, dirigente da UCP 1º de Maio, em Avis, Monte do Rabaço, 4/4/1998.

uma infinidade de braços da agricultura. Segundo um trabalhador rural do Ervedal, os seus irmãos, “assim que fizeram a tropa começaram a procurar outras vidas”<sup>83</sup>. A inspecção militar era um ritual de passagem importantíssimo para a vida de um rapaz, que podia abrir-lhe perspectivas de futuro e esses momentos de ansiedade e grande emoção criavam um laço entre o grupo que ia às *sortes*<sup>84</sup>. E muitos encontraram “outras vidas” em Lisboa, onde trabalharam na *Carris* e nos Correios, foram *contínuos* ou porteiros em escolas, trabalharam em bengaleiro de serviços públicos (por exemplo na Torre do Tombo), foram polícias, motoristas, mulheres-a-dias...<sup>85</sup> Outros com alguma escolaridade conseguiram empregos burocráticos no Estado, por exemplo na Segurança Social ou na GNR. E os *artistas*, os que já tinham alguma especialização no artesanato local, como por exemplo sapateiros ou carpinteiros, montaram oficinas em Lisboa e arredores. Os artesãos ligados ao fabrico e manutenção dos carros de tracção animal, assim como os ferreiros e ferradores (que calçavam ou ferravam as bestas de tracção), perderam o seu mercado de trabalho com a progressiva introdução da mecanização nos trabalhos agrícolas, vendo-se obrigados a especializar-se noutras *artes* (por exemplo um carpinteiro que tirou um curso de Marceneiro na Escola Industrial), ou a proletarizar-se nas obras de construção civil.

Estas *colocações* dependiam em absoluto de uma rede bem montada de sociabilidade e solidariedade que se foi desenvolvendo nas cidades de destino. Alguns avisenses bem *estabelecidos* em Lisboa conseguiam empregos aos que queriam lá trabalhar:

“Margarida – O meu irmão veio aqui para Lisboa. Meteram-no aqui. Foi o meu padrinho que fez o pedido para ele vir e começar a trabalhar nos carros da câmara. A andar no lixo”<sup>86</sup>.

“Aço – Eu vim para Lisboa com 18 anos. O meu pai escreveu para cá para um rapaz. Quando eu cheguei ajudou-me muito. Fui trabalhar para o patrão dele, o patrão dele pagava muito pouquinho, era 20\$00 por dia. Mas também, eu vinha de carpinteiro de carros e a trabalhar numa oficina cá, era bastante diferente. E a certa altura encontrei uma pessoa lá de Avis e ele disse-me que trabalhava no material de guerra e que metiam lá gente. Primeiro que tudo pedi ao Eng. Braga, da *Fonte Ferreira*. O meu pai era o carpinteiro dele. E então fez-me uma carta

---

<sup>82</sup> Ver cap. 1.

<sup>83</sup> Entrevista no Ervedal, 21/8/1998.

<sup>84</sup> “There are often specific ceremonies or rites which mark the transition of individuals from one age-grade to another. Those within a particular age-set generally maintain close and friendly connections throughout their lives”, Antony Giddens – *op. cit.*, p. 77.

<sup>85</sup> A situação dos alentejanos em Lisboa é muito semelhante à dos *caipiras* que emigraram para S. Paulo para trabalharem como trolhas e porteiros. Darcy Ribeiro descreve o percurso deste grupo que ao emigrar levou a sua cultura e modo de vida, *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995. No que diz respeito aos alentejanos, pode dizer-se que transportaram o sotaque, a culinária, a tradição das limpezas... Pode ainda afirmar-se que não se encontra qualquer traço de cultura operária entre estes emigrantes alentejanos em Lisboa, ao contrário do que Jacques Frémontier desenvolveu na sua obra sobre os operários da *Renault: La Forteresse Ouvrière: Renault*, Fayard, Paris, 1971.

<sup>86</sup> Entrevista a Margarida Valente, uma avisense emigrante na Bélgica e depois na Austrália, agora reformada e a viver na margem Sul, Lisboa, 20/4/1998.

lá para uma pessoa do material de guerra. Fiquei logo a ganhar 32\$00. E quando tínhamos de trabalhar ao domingo ganhávamos o dia a dobrar. O meu pai, entretanto viu os filhos que lhe tinham abalado, as minhas irmãs vieram para os postos escolares, eu vim para cá, e o homem vendeu tudo lá e veio-se embora”.

E também prestavam assistência aos que adoeciam, tanto aos de Avis que precisavam de tratamento em Lisboa, como aos que estavam sozinhos na cidade estranha. Além de visitas ao hospital, estas redes transmitiam notícias, recados, encomendas, e usavam pontos de referência como a farmácia de um, a oficina de outro. E quando algum aspirava a voar mais alto, como por exemplo emigrar para o estrangeiro, era também aos conterrâneos que recorria. Por exemplo, a uma antiga trabalhadora rural, que trabalhou *a-dias* em Lisboa, foi a patroa, também avisense, que lhe emprestou o dinheiro para a viagem para a Bélgica. A emigração provocou o envelhecimento da população agrícola<sup>87</sup> e também uma alteração a que Carminda Cavaco chamou feminização das profissões agrícolas:

“a partir dos meados do século a população activa agrícola portuguesa foi perdendo importância relativa, mais aceleradamente nos anos 60. (...) estas perdas foram mais significativas entre os elementos masculinos, como resultado das suas oportunidades de emprego, no país e no estrangeiro. (...) Os graus de ‘feminização’ são mais elevados onde faltam outros empregos femininos”<sup>88</sup>.

O mesmo é afirmado por Oliveira Baptista que verificou o movimento para o pleno emprego feminino nos meios rurais, onde se assistiu ao “crescimento na proporção de mulheres, o que certamente se deve ao facto do êxodo ter sido mais profundo nos trabalhadores familiares – homens”<sup>89</sup>. A este factor junta-se o facto de as mulheres continuarem a ser a mão-de-obra mais barata e desqualificada. Enquanto os homens que ficavam se iam especializando e procurando alternativas profissionais dentro da própria agricultura, as mulheres continuaram a desempenhar as funções sazonais, como aconteceu com a expansão do tomate, que é apanhado apenas no Verão, ou a azeitona no Outono, e com níveis salariais mais baixos<sup>90</sup>.

“Doutor António Barreto – Foi a altura em que as mulheres começaram a trabalhar. Porque os homens estavam na guerra. Os homens estavam emigrados em França, os homens estavam emigrados nas cidades, na construção civil e nas obras públicas. Havia, por ano, 200.000

---

<sup>87</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, p. 381.

<sup>88</sup> Carminda Cavaco – *A mulher na agricultura portuguesa*, Estudos de Geografia Humana e Regional, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 1981, p. 30.

<sup>89</sup> Oliveira Baptista – “O Alentejo – entre o latifúndio...”, p. 237.

<sup>90</sup> Este fenómeno é geralmente designado por subemprego. Veja-se por exemplo Luciano Amaral: “Tal orientação contribuiu em muito para a criação de um crescente subemprego dos activos remanescentes na agricultura, apenas moderadamente chamados a trabalhar na indústria e nos serviços e fugindo à sua miséria por via da emigração”, *op. cit.*, p. 904.

portugueses em armas, homens, e portanto é nesse período que as mulheres, o trabalho feminino dá um grande salto. Em toda esta situação há muito menos exército de reserva, há muito menos desempregados, há muito menos sub-empregados. Pelo contrário: começa a faltar mão-de-obra no Alentejo. Sobretudo mão-de-obra qualificada começa a faltar imenso. Condutores de tractores e de ceifeiras debulhadoras e de tudo isso faltava, o que quer dizer que os patrões, em vez de telefonar à GNR ou à PIDE, que era o que faziam nos anos 40 e 50, o que os empresários fazem no Alentejo é oferecer mais salário. E o salário no Alentejo sobe em vertical durante esses 7 ou 8 ou 10 anos”<sup>91</sup>.

A alteração demográfica é visível nas estatísticas que nos mostram as variações da população agrícola. Por exemplo, enquanto a variação total da população activa agrícola de Portalegre entre 1960 e 1970 se traduziu numa perda de 32,2%, a variação da população activa agrícola feminina no mesmo período foi de +85%<sup>92</sup>. Este distrito sofreu também uma notória transferência na distribuição da sua população: pode dizer-se que se assistiu ao longo da segunda metade do século XX a um fenómeno de “urbanização” da população rural não só na emigração para os grandes centros, mas também dentro dos próprios concelhos do interior do Alentejo. Em Avis verificou-se uma clara diminuição da população das freguesias mais rurais, que passaram para metade, como foi o caso do Maranhão, Valongo e Aldeia Velha, e o relativo aumento das mais urbanas, sobretudo entre 1970 e 1980: Avis e Alcórrego (gráfico 11 do anexo 5). Mas esta tendência já vinha das décadas anteriores, facto pelo qual se lamentava o deputado pelo círculo de Portalegre em 1950, recuperando, aliás o discurso de Henriques da Silveira: segundo Pimenta Presado, o trabalhador que abandona os montes vai para a vida dissoluta da vila, para estar mais próximo das tabernas. Por isso ele advoga os incentivos para os lavradores terem condições e habitações para os trabalhadores nos montes e nas sedes das lavouras: “tem de contribuir o lavrador com o seu exemplo (...) Melhorar as suas condições, as suas instalações, procurar garantir-lhes boa assistência médica, completando a prestada pelas Casas do Povo, procurar criar-lhes amor à propriedade, entregando-lhes parcelas de terreno onde instalem a sua pequena horta, sempre que possível de regadio”, tudo isto para a necessária “fixação de rurais no campo”<sup>93</sup>.

A mesma tendência se verificou no distrito de Portalegre: os concelhos cuja sede é uma cidade diminuíram menos do que os concelhos que têm apenas vilas: Portalegre só perdeu 8% da sua população entre 1960 e 1991 (gráficos 12 e 13 do mesmo anexo). Seguem-

---

<sup>91</sup> Entrevista ao Prof. Doutor António Barreto, ICS, Lisboa, 14/4/1999.

<sup>92</sup> Dados compilados por Carminda Cavaco – *op. cit.*

<sup>93</sup> Discurso proferido na Assembleia Nacional em 26/1/1950, *Diário das Sessões...*, pp. 260-261. Saramago põe na boca do lavrador um discurso semelhante: “Afinal, a distração deles é o trabalho, se não trabalharem metem-se na taberna e depois batem nas mulheres, coitadas”, *op. cit.*, p. 328.

se Campo Maior e Elvas, com perdas de 10,7 e 13,3% respectivamente, o que se explica no primeiro caso pela instalação da indústria de café de Manuel Rui Azinhais Nabeiro, criador de emprego no *seu* concelho; o caso de Elvas está relacionado com a praça militar e com o desenvolvimento do comércio com Espanha, sobretudo desde o estabelecimento de hipermercados no final dos anos 80, onde os vizinhos espanhóis com maior poder de compra passaram a fazer compras, tal como antes eram os portugueses que as faziam em Badajoz. Os concelhos que maiores perdas sofreram nestes trinta anos foram Monforte, Alter do Chão, Arronches e Nisa, com 47,9%, 46%, 45,2 e 44,6% respectivamente. São concelhos rurais, sem quaisquer atractivos para a mão-de-obra, sem indústria e com características de propriedade viradas para a criação de gado em regime extensivo, que emprega muito pouca mão-de-obra. Além disso estão afastados das principais vias de comunicação, possuem vastas áreas de montados de azinho e sobro, são muito pouco apropriados para o cultivo de cereais e as suas maiores plantações parecem ser de pedras, *antas*, *menires* e *dólmens*.

O movimento de urbanização destas áreas rurais esteve ligado à melhoria das condições de vida e das possibilidades de transporte (se bem que não necessariamente a melhoria das estradas). Como afirma Balabanian, nos anos 60 grande parte dos trabalhadores já tinham casa nas aldeias e vilas, os trabalhadores rurais eram na sua maioria permanentes e possuíam motocicletas para se deslocarem<sup>94</sup>. Estas informações são confirmadas pelas fontes orais locais:

“Traquinas – Sim, a vida hoje é outra. Com esta carrinha já são 8 carros que eu compro. Naquela altura, nem para uma bicicleta as pessoas tinham.

– Então só teve a 1ª bicicleta com que idade?

Traquinas – Tinha os meus 18 anos (c. 1956). Depois ainda comprei 2 bicicletas. Mais tarde.

– Isso já era uma ajuda para chegar ao trabalho?

Traquinas – Já era uma grande ajuda... Depois quando passou a motor já era melhor. Quando passou ao carro ainda melhor. De formas que a vida tem melhorado um bocado”.

Estas melhorias foram acompanhadas pela aquisição de outros bens de consumo que até então lhes estavam vedados, não só pela falta de capacidade económica, mas também pela inadequada distribuição de energia eléctrica. O contrato de fornecimento de electricidade a Avis pela “Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo” foi aprovado pela Câmara Municipal apenas em 1961; até então a energia era fornecida à vila de Avis apenas durante algumas horas por dia, a partir de um gerador. Algumas freguesias ainda continuaram durante alguns anos com

---

<sup>94</sup> Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 307.

iluminação a petróleo... Com a disseminação da energia eléctrica, em conjunto com o aumento dos salários e algumas remessas que os parentes emigrados enviavam, as populações rurais desenvolveram novos hábitos e transformaram a sua vida quotidiana: “os progressos da electrificação permitiam que os frigoríficos se impusessem aos processos tradicionais de conservação de alimentos; a botija de gás substituía a fogueira no chão e o fogão de lenha (...) surgia a televisão; as estradas, embora lentamente, iam-se adensando; a casa tradicional sofria mutações decisivas...”<sup>95</sup>.

A geração que saiu dos montes transformou-se num grupo com características diferentes, cuja evolução foi condicionada pela introdução da indústria no concelho (em 1970 8% da população activa trabalhava no sector secundário<sup>96</sup>) e pelas novas oportunidades criadas com a mecanização da lavoura e os respectivos incentivos legais.

A instalação da fábrica de concentrado de tomate em Avis ocorreu na fase final do movimento de industrialização que se realizou no Alentejo e Ribatejo em consequência da criação da EFTA em Maio de 1960 e da respectiva entrada de Portugal devido à forçada introdução do polémico *anexo G*, que classificou o concentrado de tomate, as conservas de peixe a cortiça como produto industrial (em vez de matérias primas), o que originou “mudanças nas relações económicas externas (que) facilitaram a modernização da indústria”<sup>97</sup>. A criação da indústria de concentrado de tomate tinha sido iniciada no Ribatejo ainda nos anos 30, mas esta primeira vaga traduziu-se num insucesso<sup>98</sup>. Na Golegã nos anos 40, “a cultura do tomate foi tentada pelos próprios industriais – por conta própria – mas tiveram de desistir (...) a mão-de-obra de que eles dispunham era mais cara e o produto saía menos económico e de pior qualidade...”<sup>99</sup>. Ao longo dos anos 60, aproveitando os incentivos da abertura ao mercado europeu e os regadios resultantes das grandes obras de hidráulica agrícola, o Alto Alentejo transformou-se numa “vermelhíssima cobertura de tomateira para conservas, o que dá o tiro de misericórdia nos saudosos dos trigais cor de

---

<sup>95</sup> Oliveira Baptista – “Sociedade Rural”, *op. cit.*, p. 947.

<sup>96</sup> *Caracterização Económico-Financeira dos Municípios da Região do Alentejo*, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Ministério da Administração Interna, Évora, 1983, p. 113, ver gráfico 26 do anexo 5.

<sup>97</sup> Marina Costa Lobo – *op. cit.*, p. 613. Sobre as consequências da integração de Portugal na EFTA para a agricultura portuguesa, ver Rogério Roque Amaro – “A agricultura portuguesa e a integração europeia: a experiência do passado (E.F.T.A.) e a perspectiva do futuro (C.E.E.)”, *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978 – 2º, pp. 290-310.

<sup>98</sup> A 1ª fábrica de concentrado de tomate foi instalada na Chamusca em 1938. Até 1946 houve mais 7 sobretudo no Ribatejo, que faliram quase todas. Oliveira Baptista descreve o desenvolvimento do tomate para indústria na obra *A Política Agrária do Estado Novo...*, pp. 139-142.

<sup>99</sup> João de Castro Caldas – *Parcerias agrícolas...*, p. 246.

palha...”<sup>100</sup>. Em Avis, quando a fábrica foi inaugurada em 1970, o processo de obtenção da matéria prima foi realizado utilizando o sistema dos arrendamentos de campanha<sup>101</sup>, pagos em dinheiro aos chamados *seareiros do tomate*, o grupo que forneceu “a mão-de-obra fundamental na cultura do tomate, que pelo decénio de 60 se desenvolveu extraordinariamente no Alentejo, sobretudo para o fabrico de concentrado, de que Portugal chegou a ser o maior exportador mundial”<sup>102</sup>.

No início esta fábrica chegou a lidar com 400 agricultores individuais<sup>103</sup>, mas que na sua maioria eram de fora do concelho. Tal como os *ratinhos* nos anos 30, estes seareiros vieram do Norte para substituir a falta de mão-de-obra local. Mas também vieram para realizar um trabalho penoso e intensivo durante apenas alguns meses no ano<sup>104</sup> ao qual os poucos trabalhadores que restavam em Avis já não se queriam sujeitar. A mão-de-obra local respondeu mais prontamente ao apelo para trabalhar na fábrica<sup>105</sup>, onde, não deixando de ser um trabalho sazonal, pois a fábrica só operava durante o Verão, ao menos havia um horário a cumprir, um salário fixo a ganhar, em vez da incerteza do trabalho de empreitada.

“Mascote – Eu e as minhas filhas fomos trabalhar para as fábricas.

– Ganhava-se melhor?

Mascote – Ganhava-se melhor e estávamos mais resguardadas do temporal e era certo”<sup>106</sup>.

Salienta-se a total ausência das elites locais de todo o processo de industrialização de Avis. Para além do proprietário que simplesmente vendeu as terras à firma Martins e Rebelo para a instalação da Unidade Industrial de Lacticínios<sup>107</sup>, nenhum dos membros das famílias ligadas ao poder económico e político tradicional teve qualquer participação nos

---

<sup>100</sup> Imagem quase poética de Fernando Medeiros em 1968, citado por Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 106.

<sup>101</sup> Este sistema consiste em contratos com as fábricas, que recebem toda a produção por preço pré-estabelecido, obrigando-se os produtores a vender-lhes todo o tomate produzido. Na década de 50 assiste-se ao “crescente controlo e intervenção da indústria ao nível da produção, no sentido de assegurar a qualidade e os preços da matéria prima utilizada (...) fábricas chegavam a fornecer crédito para a renda da terra, plantas, adubos, pesticidas, moto-bombas e transporte da produção...”, *ibidem*.

<sup>102</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira – *op. cit.*, p. 84.

<sup>103</sup> Entrevista a Fausto Santos, representante da Sulei, proprietária da Fábrica do Tomate de Avis, em Lisboa, 18/11/1998.

<sup>104</sup> “A situação que se depara é a da exploração de apenas uma fracção das áreas dominadas pelas obras de fomento hidroagrícola e quase exclusivamente através das culturas do arroz e tomate. Os arrendamentos são a muito curto prazo e as rendas elevadíssimas. A mão-de-obra é em geral oriunda de regiões afastadas e vive, durante o período da cultura, em condições sub-humanas”, Programa do PPD, *Vida Rural*, nº 1112, 7/9/1974.

<sup>105</sup> No número de Março de 1970 do Jornal *O Avisense* vem um anúncio da Fábrica de Concentrado de Tomate, em Avis, a pedir mão-de-obra para a “próxima campanha a iniciar em Julho”; inscrições a partir de 6/4/1970.

<sup>106</sup> Entrevista a Luísa Maria Leão, de alcunha *Mascote*, a líder feminina da Reforma Agrária em Avis, 5/7/1998.

<sup>107</sup> “Chegaram, finalmente, a bom termo as negociações” entre a firma Martins e Rebelo e o Sr. Asdrúbal Braga, que “cedeu” o terreno. “As instalações, edifícios, maquinaria, etc., orçam os 30.000.000\$00 e ficarão situadas na margem direita da ribeira de Seda, na herdade denominada Paínho e começarão a funcionar no próximo ano, tendo uma capacidade inicial de mão de obra de 150 operários e técnicos”, *O Avisense*, Fevereiro de 1967. Depois em Janeiro de 1969 o mesmo jornal noticia a construção da Fábrica de Tomate, com o título “Avis Industrializada”.

investimentos ou nos resultados associados às fábricas, inteiramente assumidos por empresas exteriores. Se a construção da barragem já não tinha sido muito do seu agrado, as fábricas, então, foram consideradas muito perigosas, assim como os seus promotores. Segundo as palavras do presidente da câmara da altura (1963 – 1974), Dr. Fernando Nuno Belo Gonçalves Coelho, licenciado em Filosofia e professor de liceu, as elites fundiárias resistiram efectivamente ao processo de modernização do concelho, por causa da concorrência a nível dos salários e da procura de mão-de-obra. Por esse motivo, as suas relações com este grupo não foram as melhores:

“Dr. Belo – Relações cordiais? Suponho que não. Acho que eles e eu éramos cordialmente diferentes. Mais tarde, já eu era Presidente da Câmara, azedaram-se essas relações algumas vezes. Lembro-me que os *ricos* nunca aceitaram que eu tivesse levado as fábricas de lacticínios e de concentrado de tomate para Avis. Também uma vez me foi dito que tinha havido uma reunião de lavradores no Monte de *S. Pedro*, na qual se teria posto a hipótese de me denunciarem como comunista. Concretamente com o Dr. Álvaro (Magalhães Varela, um dos maiores proprietários, Veterinário, delegado de saúde) estive de relações cortadas por causa da construção do Bairro de *S. Sebastião*”<sup>108</sup>.

Os grandes proprietários não participaram sequer na produção do tomate (preferindo entregar as terras aos seareiros, por ser mais rentável<sup>109</sup>), nem no fornecimento do leite para as respectivas fábricas. No que diz respeito a esta última, o seu impacto local limitou-se à utilização da mão-de-obra, uma vez que usava como matéria-prima o leite de vaca originário da região de Aveiro. Segundo fontes orais, a sua instalação em Avis esteve ligada exclusivamente à existência da Barragem que lhe permitia escoar as águas poluentes com um tratamento reduzido. A produção de leite de vaca em toda esta região era muito reduzida<sup>110</sup> e quando alguns agricultores, já depois de 1974, desenvolveram vacarias com alguma dimensão, passaram a vender o leite a uma fábrica de Portalegre. A produção tradicional do concelho de Avis era o leite de ovelha e de cabra, que esta fábrica não estava preparada para transformar.

Quanto ao tomate, as *searas* eram realizadas sobretudo em terras arrendadas por empresários agrícolas locais a quem Castro Caldas designa como *seareiros capitalistas* que recorriam “exclusivamente a trabalho assalariado, que se ocupavam de culturas arvenses em

---

<sup>108</sup> Entrevista em 19/1/1999.

<sup>109</sup> “O *dar* a terra de parceria é o modo como o proprietário ou o empresário maximizam o rendimento obtido dessas terras, pois a renda (quota de parceria) que cobram é superior ao rendimento que obteriam se fizessem cultivar essas terras com trabalho assalariado”, Oliveira Baptista – “Economia do latifúndio – o caso português”, in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, p. 357.

terras de sequeiro, ou de searas de arroz ou de tomate, sendo muitas vezes a sua actividade principal a de grandes alugadores de máquinas”<sup>111</sup>. Em Avis há exemplos destes empresários que entregavam as terras que previamente arrendavam aos tais seareiros do Norte que se deslocavam sazonalmente e com quem estabeleciam relações de parceria. Foram estes indivíduos que mais lucraram com a introdução da indústria e com a mecanização, pelo menos durante alguns anos.

“Dr. Eurico Pais – A primeira fábrica desta zona foi em Mora e houve pessoas que começaram a experimentar fazer tomate. Indivíduos como o Manuel Saias começaram a ter lucros tão bons que se entusiasmaram. Ele começou como pastor do Álvaro Magalhães Varela. Era bom trabalhador e começou a fazer queijos. No ano em que resolver casar-se desempregou-se e começou a trabalhar por conta própria. Entrou no tomate, ele próprio a produzir. Começou a ter lucros e a arrendar bocados de terra na ordem dos 10, 12 ha, e a pôr outros a trabalhar para ele. Arranjou casais a quem dava percentagem na venda do tomate. De seareiro de tomate passou a empresário de vários seareiros”<sup>112</sup>.

Como pode ler-se, as origens deste Saias encontram-se no trabalho do campo, mais precisamente na pastorícia como contratado ao ano. No entanto, longe da imagem tradicional dos seareiros, este grupo já não era de todo o mais miserável<sup>113</sup>. Apesar de ainda se encontrarem próximos dos assalariados rurais (eventuais), para quem “a terra que cultiva(m) em cada ano é fundamentalmente um meio de *ganhar dinheiro* e não há ligação pessoal a uma parcela de terra, embora exista o hábito de uma zona e o conhecimento de uma cultura”<sup>114</sup>, os novos seareiros das culturas de regadio subiram um degrau na escala social e alguns conseguiram pelo menos uma qualidade de vida e o acesso a bens materiais que lhes estavam restritos nas décadas anteriores. Pode afirmar-se que este grupo, em conjunto com os alugadores de máquinas<sup>115</sup>, produziu uma nova “classe média” que se desenvolveu nos campos em relação directa com a introdução da política de incentivos à mecanização<sup>116</sup>.

---

<sup>110</sup> Segundo o *Recenseamento Agrícola* de 1968, o distrito de Portalegre tinha 22 conjuntos de ordenha mecânica, entre os quais 6 em Marvão e 4 em Nisa, mas Avis tinha 0.

<sup>111</sup> João de Castro Caldas – *op. cit.*, p. 259.

<sup>112</sup> Entrevista a um pequeno proprietário de Avis e farmacêutico em Lisboa, 24/6/1998.

<sup>113</sup> Como o tinha descrito Oliveira Baptista – *A Política Agrária...*, pp. 170-171.

<sup>114</sup> Além disso, “produzem exclusivamente para o mercado e fazem culturas que permitem obter, mesmo a pequenos seareiros, um montante de dinheiro relativamente grande”. Dedicam-se ainda a “culturas, como o melão, o tomate e o arroz, com grande exigência de trabalho por hectare”, *idem* – *Portugal 1975...*, p. 41. Sobre os seareiros do melão, ver José Garrucho Martins – “Migrações Sazonais de Seareiros Produtores de Melão. Das Vidas: Entre a Casa e a Barraca”, *1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de Setembro 2001, publicação em CD.

<sup>115</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – “Alugador de Máquinas”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 285-288.

<sup>116</sup> “Os membros destes grupos intermédios – aqueles que, segundo a classificação de Lenine, tanto poderiam apoiar como opor-se a uma revolução – actuam como uma espécie de amortecedor entre os latifundiários e os trabalhadores...”, José Cutileiro – *op. cit.*, p. 385.

Descendentes directos dos *singeiros*, os *seareiros* que também *faziam carretos*<sup>117</sup>, *alugadores*, a quem Vítor Matias Ferreira chama os “seareiros modernos”<sup>118</sup>, desenvolveram uma actividade que se tornou imperativa devido à falta e ao encarecimento da mão-de-obra. O seu percurso está ligado à introdução de máquinas nos trabalhos agrícolas. Entre 1924 e 1956 ainda se encontra um grande número de *boieiros*, *mulateiros* e *carreiros*<sup>119</sup> nas listas de doentes do Hospital da Misericórdia de Avis, todos ligados à condução de carros de tracção animal e indicativos de uma muito incipiente mecanização da agricultura. Mas a partir da década de 1950 inicia-se a mecanização de algumas lavouras, entre elas a do Monte Padrão, na freguesia de Figueira e Barros, cujos livros de contas têm em Setembro de 1950 a primeira referência a um *tractorista*<sup>120</sup> que trabalhou os meses de Agosto (260\$00) e Setembro (240\$00). No ano agrícola de 1953-54 esta lavoura já tem 2 tractoristas como empregados fixos a receberem o “ensacado” junto com os outros justos, e que consistia em moios de trigo e *alfeiras* (ovelhas). Em 1958 além dos tractoristas há um aprendiz de tractorista a ganhar 200\$00 por mês, enquanto os 2 tractoristas da casa ganham 250\$0 cada.

De qualquer modo os níveis de industrialização da agricultura portuguesa em relação com outros países da Europa eram nesta década dos mais baixos, segundo os dados apresentados por Castro Caldas em 1957<sup>121</sup>. Mas o concelho de Avis, pelo menos em relação ao distrito de Portalegre, até se situava num dos lugares mais altos no que diz respeito aos valores de mecanização apresentados no *Recenseamento Agrícola* de 1968 (quadro I). Nas alfaias de tracção animal, como as charruas e as grades, indiciadoras da baixa mecanização, Avis encontrava-se no último lugar na lista.

#### Quadro I: Nível de mecanização da agricultura em Avis, 1968

Máquinas	Número de efectivos em Avis	Lugar de Avis na lista dos 15 concelhos do distrito	% em relação ao total do distrito
Motores de combustão interna	161	4º	(?)
Tractores de 2 eixos	115	2º	11,4

<sup>117</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira – *op. cit.*, p. 83.

<sup>118</sup> “indivíduos que possuem um bem equipado parque de máquinas destinado quase exclusivamente ao serviço de aluguer (...) empregam quase sempre mão-de-obra assalariada com carácter permanente ou temporário”, Vítor Matias Ferreira – *op. cit.*, pp. 131, 136.

<sup>119</sup> Ver Conceição Andrade Martins e Maria Antónia Pires de Almeida – “Almocreve” e “Boieiro”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 148-150, 281-285.

<sup>120</sup> Ver Conceição Andrade Martins e Maria Antónia Pires de Almeida – “Maquinista”, *ibidem*, pp. 222-225.

<sup>121</sup> Por exemplo, no número de ceifeiras debulhadoras, Portugal apresenta os seguintes valores: 0 em 1950, 39 em 1952, 76 em 1954 e 117 em 1956, enquanto a Espanha tem 1.300 em 1956. Neste ano o nosso país está no fim da lista com o número destas máquinas por cada 10.000 ha de cerealicultura: Portugal – 1, Espanha – 2, Itália – 4, Noruega – 158, Eugénio de Castro Caldas – *Industrialização e agricultura...*, p. 45.

Debulhadoras mecânicas	35	2º	16,2
Ceifeiras debulhadoras	44	(?)	10,7
Charruas de tracção mecânica	141	2º	12,8
Grades de tracção mecânica	95	3º	11,8
Semeadores de tracção mecânica	16	4º	9,0
Enfardadeiras	31	4º	10,5

O recenseamento eleitoral de 1964 revela no concelho de Avis um total de 18 tractoristas, todos casados e com uma média de idades de 38,5 anos<sup>122</sup>. Salienta-se que para tirar a carta de condução de tractores e máquinas agrícolas era necessário possuir a escolaridade mínima, por isso muitos destes trabalhadores, antigos *mulateiros* e *seareiros* analfabetos, frequentaram a escola nocturna e completaram a 4ª classe já depois de adultos. Além da alfabetização, Castro Caldas em 1957 advogava a “formação profissional do trabalhador agrícola adaptado à mecanização e à motorização” como “um dos passos essenciais de importância decisiva, na luta pela modernização da agricultura”<sup>123</sup>.

“Traquinas – Eu comecei a trabalhar tinha 7 anos. O meu pai trabalhava e a minha mãe trabalhava. *Nenhum da gente 4* foi à escola. Depois mais tarde é que andei de noite com um senhor que era professor e consegui fazer a 4ª classe. Trabalhava todo o dia, e depois ia então, estava lá até à 1 hora da noite, depois vinha e depois no outro dia ia trabalhar. Depois ia fazer o exame à escola aqui a Avis. Nessa altura já tinha 30 e tal anos (c. 1970). Quando consegui fazer a 4ª classe tirei *as cartas*. Depois fui para tractorista. Trabalhei durante uns anos num tractor de aluguer. Até ao 25 de Abril”.

Se os maiores proprietários compraram eles próprios os seus tractores e outras máquinas agrícolas, grande parte dos agricultores e sobretudo os pequenos e médios proprietários não tinha capacidade para tal investimento que implicava ter uma máquina parada a maior parte do ano. Surgiram então os novos empresários que compraram estas máquinas a crédito, aliciados pelos negociantes locais (o primeiro alugador de máquinas de Avis chama “segundo pai” ao negociante que o convenceu a comprar o primeiro tractor) e beneficiando dos incentivos que a legislação lhes propunha<sup>124</sup>. Os *alugadores* cediam as máquinas e a sua força de trabalho aos agricultores locais para a realização de tarefas específicas que efectuavam de forma intensiva (por exemplo a preparação das terras para as searas do tomate), rentabilizando ao máximo o seu investimento e trabalhando o maior

<sup>122</sup> 9 na freguesia do Ervedal, 6 em Benavila, 2 na Figueira e Barros, 1 no Alcórrego, nenhum na vila de Avis.

<sup>123</sup> Eugénio de Castro Caldas – *op. cit.*, p. 68.

<sup>124</sup> Ver cap. 1.

número de horas possível, “sem desligarem o motor”<sup>125</sup>. Geralmente começavam por trabalhar eles próprios, ajudados pelo seu agregado familiar. Mas quando conseguiam ampliar o seu parque de máquinas recorriam a tractoristas assalariados. Este processo motivou a mecanização das pequenas lavouras tradicionais que assim puderam também adoptar “os métodos modernos e racionais de cultivo” que permitiram que a actividade agrícola perdesse “algumas das facetas dolorosas que a caracterizam”<sup>126</sup>.

A legislação que estimulou a aquisição de maquinaria agrícola também incentivou o associativismo dos agricultores ao introduzir subsídios vantajosos para o “fomento da motomecanização agrícola e florestal” às associações legalmente constituídas<sup>127</sup>. Em Avis, para além do associativismo corporativo e obrigatório, representado pelo Grémio da Lavoura Local, em 1965 foi formada a *Cooperativa Agrícola de Avis*<sup>128</sup>, cujas principais funções incluíam a transformação da produção olivícola dos seus associados e a colocação do azeite no mercado<sup>129</sup>, e a disponibilização de máquinas agrícolas. Esta cooperativa beneficiou dos incentivos previstos no Decreto-Lei nº 44,720, de 23 de Novembro de 1962, e, pelo facto de se incluir no grupo das cooperativas de olivicultores, segundo Laura Graça terá recebido grande apoio estatal e “volumosos financiamentos” não só para a sua constituição como “para a apanha de azeitona e armazenagem de azeite (...) foram os distritos alentejanos que mais beneficiaram dos subsídios do Estado...”<sup>130</sup>.

A sua dupla funcionalidade coloca-a na categoria de cooperativa mista, segundo a classificação apresentada por Manuel de Lucena<sup>131</sup>. Este autor, na sua vasta bibliografia sobre os Grémios da Lavoura, afirma que o processo de desenvolvimento das cooperativas estava em pleno quando o regime autoritário caiu (como se viu com os números apresentados no capítulo 1). “Ambíguas, as relações entre o cooperativismo e o corporativismo agrícola oscilavam entre a colaboração ou a associação, por vezes íntimas, e uma concorrência ora

---

<sup>125</sup> “Era de dia e de noite, cheguei a andar 18 horas em cima do tractor, comia, levava um lanchezinho. Andava a lavrar terra para tomate lá em baixo em Camões. O tractor trabalhava à hora. Trabalhava a fretes para quem me dava o serviço. Felizmente tive sempre boa freguesia, era porque também os servia bem. Por vezes era também para acudir a essas pessoas que estavam aflitos com o serviço para fazer, que era o caso das terras em Camões. Era a 50\$00 à hora, se parasse uma hora eram menos 50\$00 e atrasava-se o serviço para a pessoa, que estava aflita para plantar tomate. Era eu e o meu filho, fazíamos para os seareiros”, entrevista a Joaquim Manuel Barata Dias, de alcunha Sarrafaça, Avis, 22/11/1998.

<sup>126</sup> Ver Conceição Andrade Martins – “Empresário Agrícola”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, p. 51.

<sup>127</sup> Despacho do Ministério da Economia de 06/05/1969.

<sup>128</sup> Constituída por instrumento particular autenticado no Cartório de Avis em 3/6/1965.

<sup>129</sup> Já existia um lagar em Avis, propriedade de particulares, que funcionou até 1974, apesar de ter perdido parte dos seus clientes para o lagar da cooperativa.

<sup>130</sup> Laura L. Graça – “Cooperativas Agrícolas”, *op. cit.*, p. 418.

<sup>131</sup> “estas eram só 15 em fins de 1959 e serão 72 em 1974”, Manuel de Lucena – “Sobre as federações...”, p. 741.

discreta era encarniçada”<sup>132</sup>. No caso de Avis o que se verificava era uma complementaridade de funções e de produtos: enquanto o grémio geria a produção, armazenamento e colocação dos cereais no circuito da FNPT<sup>133</sup>, a cooperativa geria o lagar do azeite. Não só não concorriam, como tinham os mesmos sócios e eram dirigidos pelos mesmos grupos da elite local<sup>134</sup>. Por exemplo, entre 1941 e 1949, o presidente do Grémio era o já referido Luís Mendes Vieira Lopes, Presidente da Câmara, e tinha como vogais José e Asdrúbal Braga, dois dos maiores proprietários do concelho. Tal como na câmara, também no Grémio o presidente foi substituído em 1950, mas por outro grande proprietário, o Dr. Marcelino das Neves, e mais tarde pelo Dr. Álvaro Magalhães Varela, um dos maiores proprietários do concelho e veterinário municipal. Como está previsto na legislação e nos respectivos estatutos<sup>135</sup>, a assembleia-geral do grémio funcionava com 40 elementos: os vinte maiores lavradores do concelho e mais vinte 20 lavradores eleitos entre os pequenos. Quanto à cooperativa, o presidente da assembleia-geral, eleito pelos sócios para o período de 1965 a 1970, foi o mesmo Dr. Álvaro Magalhães Varela. E para o triénio seguinte, quem foi eleito? Surpresa: o mesmo Dr. Marcelino das Neves. Em 15/4/1973 a reunião da assembleia-geral da cooperativa realizou-se na sede do Grémio da Lavoura, reelegendo o mesmo presidente e os mesmos elementos da direcção<sup>136</sup>. A frequência habitual das assembleias-gerais era de duas reuniões por ano, nas quais estava sempre presente um Delegado da Brigada Técnica da 11ª Região Agrícola.

Entretanto, quem exercia em permanência as funções administrativas e burocráticas em ambas as instituições era também a mesma pessoa: João Lopes Aleixo Cravidão, gerente do Grémio e presidente da direcção da cooperativa, que “estava nos dois lados. Simplesmente, no Grémio era remunerado e na Cooperativa trabalhava de graça, por amor à arte”. Entre as suas funções incluía-se a ajuda directa e aconselhamento aos agricultores,

---

<sup>132</sup> *Idem* – “A herança de duas revoluções...”, *op. cit.*, p. 513.

<sup>133</sup> “foram sobretudo *repartições*, onde os agricultores declaravam as suas produções, recebiam pagamentos, subsídios ou créditos e estabeleciam muitas outras relações com o senhor Estado; *armazéns*, onde entregavam os produtos, alguns dos quais (caso do trigo) obrigatoriamente; e *lojas*, onde compravam factores de produção...”, *ibidem*.

<sup>134</sup> Também Inês Mansinho, ao analisar os corpos dirigentes e a vida associativa dos Grémios da Lavoura, verifica a estabilidade da elite dirigente e “extraordinária constância das equipas dirigentes, onde as mesmas pessoas assumiam rotativamente vários cargos na direcção ou na mesa do conselho-geral da federação”, “Algumas reflexões sobre a liquidação dos grémios da lavoura do Alentejo e Algarve e respectivas federações”, *Análise Social*, vol. XV (59), 1979, p. 541.

<sup>135</sup> Decreto-Lei nº 29.494, de 22/3/1939 e Alvará de 18/3/1940 que aprovou os estatutos do Grémio da Lavoura de Avis.

<sup>136</sup> Livros de Actas da Cooperativa Agrícola de Avis, ver anexo 10.

sobretudo aos pequenos proprietários e rendeiros: “alguns lavradores nem sabiam passar cheques, iam ao Grémio para eu lhos passar”<sup>137</sup>.

Enquanto as actividades económicas do concelho foram controladas pelas elites fundiárias locais até 1974, contando entre os dirigentes das instituições locais os seus membros mais activos e participativos, a administração camarária, por sua vez, sofreu uma mudança radical a partir dos anos 50 com a subida ao poder do já referido Dr. Chitas, um farmacêutico com origens familiares completamente diferentes das habituais naquele cargo do poder local, o que distinguiu o concelho de Avis dos restantes concelhos do distrito de Portalegre onde se integra<sup>138</sup>. Este descendente de assalariados rurais (criados da lavoura) e feitores da vizinha freguesia de Cabeção, que conseguiu tirar um curso superior à custa do seu trabalho como ajudante de farmácia e cair nas graças dos representantes locais da União Nacional, veio substituir definitivamente o grupo dos grandes proprietários no cargo de Presidente da Câmara, depois de pelo menos 200 anos de domínio do poder político<sup>139</sup>. Tal mudança esteve ligada a uma necessidade de reforço do poder do Estado a nível local, depois do desagrado que o partido único sofreu com a concorrência de uma lista de oposição conservadora e tradicionalista às eleições de 1949, nas quais o distrito de Portalegre teve a segunda mais baixa implantação eleitoral da União Nacional, com uma diferença de 20,8% em relação à percentagem média de votos favoráveis à UN, a seguir a Santarém com 22,9%<sup>140</sup>. Segundo Pequito Rebelo, havia muitas vantagens em existir na Assembleia Nacional uma “oposição patriótica que, dentro das normas previstas na Constituição Portuguesa e legislação complementar, formule livremente as suas críticas”<sup>141</sup>. Aparentemente Salazar não era da mesma opinião, apesar de ter permitido a apresentação da lista. Referindo-se a esta questão, o Presidente do Conselho escreveu: “Sabe-se que além das listas da União Nacional, se apresentaram nalguns distritos listas de oposição (não se vê meio

---

<sup>137</sup> Entrevista ao próprio em Avis, 12/6/1998.

<sup>138</sup> No total do distrito, entre 1941 e 1974, 37% dos presidentes da câmara foram grandes proprietários rurais. O panorama sócio-profissional deste grupo no distrito de Portalegre em 1974 era o seguinte: grandes proprietários rurais – 40%; engenheiros agrónomos e veterinários – 24%; professores – 18%; pequenos proprietários rurais – 12%; industriais – 6%. Maria Antónia Pires de Almeida – “As Elites Municipais e a Revolução...”, p. 19.

<sup>139</sup> Para mais pormenores pode ler-se *idem* – “Os senhores e os seus rendeiros: patrimónios e poder local (Avis, 1778-1993)”, *1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16-18 de Setembro, 2001, publicação em CD, disponível em [www.utad.pt/~des/cer/](http://www.utad.pt/~des/cer/). Ver anexo 4. O domínio político dos grandes proprietários é típico das sociedades agrárias, segundo Peter Dorner: “Nas sociedades agrárias, antes de se difundir a utilização de capital e técnicas de produção industriais, os que dominam a utilização da terra dominam também as alavancas do poder económico, social e político”, *op. cit.*, p. 93.

<sup>140</sup> Manuel Braga da Cruz – *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 218. Ver também *idem* – “A Oposição Eleitoral ao Salazarismo”, *História das Ideias*, Vol. 5, Coimbra, 1983, p. 721.

<sup>141</sup> José Pequito Rebelo – *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, e. a., Lisboa, 1950, p. 35.

de dar-lhe outro nome). O Governo aceita todas as consequências que legalmente podem resultar das candidaturas e da vitória dessas oposições que aliás não deseja”<sup>142</sup>.

Derrotado, Pequito Rebelo apresentou um protesto à Assembleia de Apuramento Geral, dizendo que os votos tinham sido ilegalmente contados<sup>143</sup>. Quem ganhou de novo o lugar de deputado pelo distrito de Portalegre foi o já referido Dr. Presado, que afirmou no discurso proferido na Assembleia Nacional em 16/12/1949: “No distrito de Portalegre, por onde fomos eleitos, o aparecimento de duas listas despertou um interesse desusado entre o eleitorado, com tão altas percentagens de votantes como nunca se tinha verificado”<sup>144</sup>. À lista derrotada chama *Lista de Classe* e diz que as “massas alentejanas” bateram os representantes da grande lavoura. Um discurso tão *moderno* nem parece saído da boca de um dos mais prepotentes e odiados representantes locais do poder central e do caciquismo tradicionalmente encontrado no meio em causa. Além de administrar as vastas propriedades da mulher, foi também o primeiro presidente da Fundação Abreu Callado. Segundo as mais variadas fontes orais, sempre que este senhor entrava no pátio da Fundação todos os trabalhadores tinham de parar e tirar o chapéu. Caso algum não o fizesse, frequentemente ele batia com a varinha que usava no chapéu do *rebelde*, fazendo-o cair e por vezes ferindo-o na cara.

“Claudino – Os trabalhadores não se podiam desviar muito deles, por preciso deles. Até se notava quando o patrão batia assim nas costas de uns, que ficavam todos contentes e andavam sempre a elogiar o patrão.

– Se calhar a esses chamavam-lhes *lambe-botas*?

Claudino – Eram os lacaios, enfim...

– Mas algum patrão tratava mal as pessoas? Em Avis fala-se num Dr. Presado, que era muito mau...

Claudino – A gente sabia, mas aqui não. Mas diziam eles lá que quando um trabalhar qualquer queria trabalhar para ele, chegava aqui a uma distância de 10m e tinha de tirar o chapéu. Se não tirasse ficava à rasca com ele.

– Mas acha que ele era o único, ou aqui também havia como ele?

Claudino – Ele era uma exceção, os patrões aqui não eram maus, eram pacíficos com os criados. Quando estavam satisfeitos com eles, estavam; quando não estava, tinham muitos, despediam-nos e pronto”<sup>145</sup>.

As opiniões acerca do procedimento deste indivíduo variam consoante o entrevistado:

“José Luís – Ele estava lá no parlamento. E aquilo era uma repressão militar que existia, *né*, o trabalhador andava a cavar e chegava o patrão e toda a gente se tinha de pôr em sentido e tirar

---

<sup>142</sup> Citado em *ibidem*, p. 21.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 47. Argumentou ainda que os papéis usados nas listas (boletins) de voto era transparente, o que coagia os eleitores e votarem na UN, por receio de ser descoberta a sua escolha pela oposição.

<sup>144</sup> *Diário das sessões...*, p. 140.

<sup>145</sup> Entrevista a António Adelino Mendes Claudino, dirigente da (já dissolvida) UCP *Unidade*, no Ervedal, 21/8/1998.

o chapéu. E só depois de ele mandar trabalhar é que as pessoas voltavam a trabalhar. E se algum não fizesse isso... era logo lá a guarda, era *esvergastado* logo ali.

Dr. Eurico Pais – O indivíduo que está no governo é o que é sempre criticado. Mas para eles os piores eram alguns ricos. A pessoa mais odiada dos ricos era o Dr. Presado. Que era de facto um indivíduo com tendências fascistas. O único verdadeiro fascista era o Prezado: ‘Quero, posso e mando!’, entrava na Fundação, tinham de fazer continência; os generais tinham de lhes fazer continência a 12m, o Prezado era a 100m!

– Mas os outros patrões não faziam isso?

José Luís – Os outros patrões não o exigiam, chegavam lá, diziam ou bom-dia ou boa-tarde... Só que chegou uma altura em que nem a própria classe dele convivia com ele.

Dr. Eurico Pais – Pois, ele mandava-os chamar lá ao prédio, ele não ia ter com eles. Ele mandava um recado ao Chitas: ‘diz lá ao Chitas que cá venha ter comigo’ e o Chitas ia lá.

José Luís – O Chitas foi muito prejudicado por causa do testemunho que tinha com o Dr. Presado”<sup>146</sup>.

“Alzira Bonito – Eu era miúda. O tempo que eu estava no escritório, entrava o presidente da Fundação e eu tinha de me levantar.

– E ele falava?

Alzira Bonito – Cumprimentava. E eu não me sentava sem ele autorizar. Eu costumo dizer que esta geração... Podia não estar bem, mas a gente era educado no respeito uns pelos outros. Quando foi a ocupação houve muitas pessoas a dizer que a Fundação foi ocupada porque ele foi assim ou porque ele foi assado. Tinham um ódio muito especial era aos ricos... O meu sogro também trabalhava na Fundação. Ouço dizer que ele que era muito reguila, quando achava que isto não estava bem dizia. Ainda foi castigado algumas vezes. Eles faziam castigos aos trabalhadores: por exemplo havia um mês que descontavam um dia. Não os punham na rua, mas iam-nos castigando assim. Depois passado uns tempos a Fundação passou a dar umas gratificações, distribuía os lucros do ano agrícola e depois fazia uma festa e distribuía, chamavam eles, as *gorjetas* e por vezes havia um que não se portava tão bem, do ponto de vista deles, e em vez de receber digamos 500\$00, só lhes davam 400\$00...”<sup>147</sup>.

Bem ou mal educado, o trabalhador ficava profundamente irritado por ter de tirar o chapéu ao *Sr. Dr.*, e não há nenhum que se esqueça de o referir. Assim como os castigos ou as *gorjetas*, que chocavam directamente com o orgulho do trabalhador rural alentejano, tão bem descrito por Miguel Torga na seguinte imagem:

“É preciso uma grande dignidade humana, uma certeza em si muito profunda, para usar uma casaca de pele de ovelha com o garbo dum embaixador. Foi a terra alentejana que fez o homem alentejano, e eu quero-lhe por isso. Porque o não degradou, proibindo-o de falar com alguém de chapéu na mão (...) Sim, pobre ganhão que seja, ele é um rei nos seus domínios. Não há outro português mais rico de pão, agasalhado por tão quente manta de céu e dono de tantos palmos de sepultura. Que minhoto ou estremenho se pode gabar de ver sempre o vulto dum seu irmão, que não tem medo da imensidade a abrir um risco de fogo e de esperança com a ponta da charrua?”<sup>148</sup>.

<sup>146</sup> Entrevista a José Luís Correia da Silva em diálogo com Eurico Pais, Avis, 4/4/1998.

<sup>147</sup> Entrevista a uma funcionária administrativa da Fundação Abreu Callado, Benavila, 25/8/1998.

<sup>148</sup> Eduardo Gageiro e Miguel Torga – *Alentejo, Relógio de Sol*, s. e., Lisboa, 1988.

Mas se estas situações os incomodavam tanto era talvez porque esta personagem se destacava do comum dos lavradores, talvez mais amigáveis ou menos exigentes (como refere Claudino). Outros contaram ainda que a rivalidade entre os cunhados era evidente e a troca de favores políticos atingia as seguintes variantes:

“Aço – O meu pai trabalhava para o Luís Mendes, que era um dos ricos e era cunhado do Dr. Presado. Quer dizer, quem trabalhasse, quem falasse com um não podia falar com o outro. O Luís Mendes, no tempo da azeitona encontrava o meu pai e dizia-lhe: ‘Ó afilhado, quando quiser pode ir lá ao monte buscar um cesto de azeitona’. Quando chegávamos lá dizíamos que levávamos ordem e davam-nos uma azeitonazinha assim muito pequenina que dava para uns meses. Mas logo a seguir dizia assim: ‘Ó afilhado, tal dia...’ tinha que ir votar por conta dele. – Então eram votos em troca de azeitonas?  
Aço – Eram” (risos).

Outro exemplo: a uma família de pequenos proprietários que o apoiava politicamente, o Dr. Presado nunca cobrou as consultas, uma situação típica do caciquismo e clientelismo ainda vigentes na altura<sup>149</sup>.

A saída de Luís Mendes da presidência da Câmara, o último grande proprietário a exercer este cargo, e a sua substituição pelo Dr. Chitas, por maior importância que possa ter tido como afirmação do poder do Estado Novo contra a lavoura tradicional, não teve qualquer significado para a população local. Um farmacêutico era um *rico* (se não fosse também não podia exercer o cargo, que não era remunerado, por isso “à partida apenas cidadãos abastados se poderiam dar ao ‘luxo’ de dirigir uma autarquia”<sup>150</sup>), assim como o era qualquer pessoa que não se encontrasse na posição de *pobre*. Bastava um indivíduo não exercer um trabalho manual (ou não se sujar<sup>151</sup>) para pertencer a um grupo diferente, ainda por cima quando vivia numa casa com todas as comodidades e por vezes até tinha uma aparência exterior muito mais requintada que os grandes lavradores. A cultura e o conhecimento como factores de distinção

---

<sup>149</sup> Sobre estes temas a bibliografia é vasta. Salienta-se: Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha – “As redes clientelares”, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 4º, pp. 381-393. Fernando Farelo Lopes – “Clientelismo, ‘crise de participação’ e deslegitimação na I República”, *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2º), pp. 401-415. José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida – “Caciquismo e poder político: reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, ano XVIII (72-73-74), 1982, pp. 649-671. José Murilo Carvalho – “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”, *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 2, 1997, pp. 229-250.

<sup>150</sup> Facto salientado por António de Araújo por representar “um importante condicionalismo ao exercício de cargos públicos” que terá funcionado como um “elemento restritivo no acesso à política local”. O autor diz mesmo que a gestão autárquica era “um *hobby* de latifundiários ociosos”!, “Mandarins, senhores da terra e políticos”, in António Costa Pinto e André Freire (org.) – *op. cit.*, pp. 137-138.

<sup>151</sup> Numa recolha oral realizada no norte de Portugal foi ressaltada a diferença entre os que trabalham no campo (os que trabalham de facto) e os que trabalham na vilas, por exemplo no funcionalismo, e que por isso têm os sapatos engraxados e as mãos limpas, ou “Ele é empregado de caneta. Também não em calos nas mãos”, Acácio Catarino *et. all.* – *op. cit.*, pp. 131, 190. Vale de Almeida também salientou este factor, *op. cit.*, p. 46.

social também pesavam significativamente<sup>152</sup>: se saber ler já era um privilégio descomunal na sociedade rural de meados do século, um curso superior, então, era algo praticamente inacessível, além de ser “classicizante e pouco utilitário”<sup>153</sup>, para uma população que via as elites como inúteis<sup>154</sup>. Cutileiro desenvolveu exaustivamente este tema associando as definições de rico e pobre à noção de *Trabalho* recolhida entre os sujeitos do seu estudo: “*Trabalho* abrange todas as tarefas agrícolas que se executam por um salário, assim como as condições em que se desempenham. Exclui, por conseguinte, as restantes formas de ganhar a vida. Os artesãos são *artistas*; o seu labor é uma arte, não um *trabalho*. Os lojistas, caixeiros e vendedores ambulantes também não *trabalham*. (...) Os lavradores, como é óbvio, não trabalham: pelo contrário, têm ao seu serviço pessoas que trabalham para si. (...) O filho de um proprietário que trabalhe para o pai não é considerado um *trabalhador*. Um lavrador ou proprietário que haja trabalhado a terra na sua juventude não dirá que *trabalhou*, mas sim que *sabe* tudo quanto diz respeito às diferentes tarefas que ele próprio desempenhou”<sup>155</sup>.

Portanto, os *pobres* trabalhavam, os *ricos* não<sup>156</sup>. E mesmo os encarregados e manageiros também não trabalhavam, só olhavam<sup>157</sup>... Assim como os pastores tinham uma posição um pouco dúbia neste mundo complexo: o *ajuda* é que corria atrás do gado, enquanto

---

<sup>152</sup> “O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)”, Pierre Bourdieu – *O Poder Simbólico...*, p. 148.

<sup>153</sup> Maria de Lourdes Lima dos Santos – *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 27. Este tema, e para este mesmo concelho, foi desenvolvido em Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, pp. 155-158.

<sup>154</sup> “la creencia de que ‘el señorito’ es superfluo, que su función es innecesaria, que todo lo que hace ‘es correr en su Land Rover de acá para allá’ (...) No discutiremos aquí hasta qué punto esta imagen corresponde a la realidad; en alguns casos es totalmente ficticia. Pero incluso en éstos, los obreros sacrifican la verdad – la competencia técnica de algunos latifundistas – en el altar de la ideología: al usar siempre ‘el señorito’ insinúan, con carácter general, que los cortijos deberían ser ‘repartidos’, y por tanto la actividad de ‘el señorito’ es totalmente innecesaria”, Martínez Allier – *op. cit.*, p. 206.

<sup>155</sup> José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 76-77. Em 1947 Eugénio de Castro Caldas apresenta uma definição muito semelhante, mas que inclui entre os trabalhadores os que exercem funções intelectuais e directivas, algo que para os trabalhadores rurais era completamente transcendente: “Dentro de uma sociedade que se orienta pelas concepções jurídicas próprias de um regime capitalista, nota-se a existência de dois grandes grupos de indivíduos: o *grupo dos que trabalham* e o *grupo dos que não trabalham*. O primeiro é o mais numeroso e nobre e nele se inclui a legião dos trabalhadores por conta de outrem que exercem funções executivas, predominantemente mecânicas ou físicas. A sua acção dimana das directrizes marcadas pelos trabalhadores intelectuais ou directores que neste mesmo grupo marcam vigoroso sinal de presença”, *O Problema Sociológico...*, pp. 35-36.

<sup>156</sup> José Manuel Sobral, na sua recolha das memórias e identidades sociais numa freguesia da Beira, também conclui: “Se existem ‘pobres’, é porque há ‘ricos’ (...) quem é ‘rico’ é quem está por cima (...) O mundo dos ‘ricos’ é o mundo dos que têm mais e que não só monopolizam em larga medida os recursos fundiários, como vivem mesmo do trabalho alheio (...) Em contrapartida, ser ‘pobre’ não é apenas ser sujeito de uma condição desgraçada. É ter a dignidade do trabalho”, “Memória e identidade sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural” *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995, p. 312. Martínez Allier verificou exactamente a mesma mentalidade na Andaluzia, *op. cit.*, p. 87-91.

<sup>157</sup> Nos livros de contas da herdade de Rio Frio, Alcochete, no século XIX, encontra-se várias vezes um encarregado com a seguinte descrição de funções: “Olhando as mulheres na monda” e “Olhando os homens sachando”. Allier também se refere aos manageiros como os “mirones que mandam”, *op. cit.*, p. 161. Ver Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, p. 65.

o *maioral* dormia a sesta<sup>158</sup>... Estas distinções não são novidade nas ciências sociais. Por exemplo, no início do século XX, Maurice Halbwachs citou o sociólogo Roger Picard (1911) que definiu os ricos e pobres como classes sociais: “Les auteurs du XVIII<sup>e</sup> siècle opposaient déjà les *classes disponibles* aux *classes industrielles*, les *classes possédantes* aux *classes salariés*, les *classes riches* aux *classes pauvres*. Ces trois séries d’opposition correspondent à des distinctions fondées sur la considération de l’attitude prise par ces classes, soit dans la production, soit dans la répartition, soit enfin dans la consommation”<sup>159</sup>.

Ora se realmente tudo se resumia a esta dicotomia simples, os pobres eram bons e os ricos eram maus. Até Salazar era *metido no mesmo saco*:

“Charuto – Eu não queria lá saber do Salazar! O Salazar era o Salazar, olhe, era um rico. Quem tinha o dinheiro eram os ricos, os pobres não tinham nada”.

Naturalmente, e face a este panorama, as origens do presidente da câmara pouca importância tinham para os trabalhadores rurais, sobretudo quando as suas atitudes eram por vezes pouco hábeis. E se as suas relações com as elites tradicionais nem sempre foram as melhores, isso também era algo que transcendia os conhecimentos dos trabalhadores que em períodos de desemprego lhe pediam directamente trabalho e comida para os filhos<sup>160</sup>:

“Dr. Eurico Pais – O Chitas foi presidente da câmara durante 12 anos e o drama do Chitas foi a morte do meu pai, porque o meu pai, sem autorização de ninguém, como presidente da assembleia-geral da casa do povo, resolveu criar um processo de empregar os desempregados, e todos os sábados as pessoas apareciam desempregadas e iam ter com o meu pai e pediam trabalho. E o meu pai pegava no telefone ou ia a casa deste e a casa daquele e dizia ‘ó Sr. Luís Mendes, vou-lhe mandar para lá 5 homens esta semana’, ao Sr. Ferreira ‘vou-lhe mandar 3’... José Luís – Isso no princípio funcionou bem, mas depois... As pessoas iam pedir trabalho e o Chitas aqui *quemou-se* muito. Um dia, estava um homem a lamentar a vida dele, que tinha 4 ou 5 filhos e não tinha comer para a mulher e nem para os filhos, o merceeiro já não lhe fiava comida, não tinha de comer, e ele disse assim: ‘Ah, não acredito. Eu ainda ontem fui para Lisboa e vi as árvores todas cheias de rama, é porque vocês não têm fome. Se tivessem fome...’ Esta foi uma das versões que se manteve sobre o Chitas.

Dr. Eurico Pais – O Chitas começou a estar irritado porque não sabia resolver e respondia desabridamente. E era um homem bom. Mas de vez em quando dizia coisas desabridas, era um homem que não era muito bem-educado. Exaltava-se”<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> Maria Antónia Pires de Almeida – “Ajuda de Gado”, “Pastor” e “Porqueiro” in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 144-146, 230-237, 242-246.

<sup>159</sup> Maurice Halbwachs – *La classe ouvrière et les niveaux de vie. Recherches sur la hiérarchie des besoins dans les Sociétés Industrielles contemporaines* (1<sup>a</sup> ed. de 1912), Gordon & Breach, Paris, 1970, p. I.

<sup>160</sup> “Quando não temos trabalho / À câmara nos dirigimos / A pedir ao presidente / Que tenha dó desta gente / Que lhe dê algum destino...”, *No Paraíso Real*...

<sup>161</sup> Entrevista a José Luís Correia da Silva e a Eurico Pais, *Avis*, 4/4/1998. As exaltações do presidente da câmara lembram a rainha Maria Antonieta a mandar o povo de Paris comer *brioche*s... António Gervásio relata um caso semelhante em

“Mascote – Porque o Sr. Eurico Pais teve aqui uma grande responsabilidade no Grémio *de* Lavoura. E até os lavradores não queriam os trabalhadores e ele agarrava neles e *ia-os* pôr nas herdades...”.

“Caetano – O Chitas a mim ofereceu-me a prisão uma data de vezes. Uma vez andava além ao pé de Valongo a acarretar pedras, era Inverno. Um dia a gente viemos embora. Pois ele levava aquilo como uma greve. E eu cheguei lá à porta dele e disse: ‘A gente lá não pode trabalhar. Então andamos a trabalhar com fome!’ ‘Você vai é fazer greve, você assim e assado. Eu tenho de lhe arranjar é patrão para uns anos!’”<sup>162</sup>.

Se o presidente da câmara oferecia “patrão para uns anos” (referindo-se a pô-lo na prisão) a quem o incomodava, fazia-o na sua qualidade de magistrado administrativo, a quem cumpria “informar o governador civil sobre todos os assuntos de interesse público, fazer executar as leis e regulamentos, inspeccionar as freguesias, e atestar o comportamento moral e civil. Como autoridade policial cabiam-lhe vastas competências, como as de zelar pela ordem e tranquilidade, policiar espectáculos, estrangeiros, reuniões públicas e solenidades religiosas ou desempenhar funções e investigação judiciária”<sup>163</sup>. Naturalmente que estas funções “policiais” agradavam a pouca gente. Mas também havia os que o defendiam, argumentando que as questões do desemprego eram por vezes invocadas por simples agitação política:

“Manuel Varela – Um dia estávamos a tomar café lá no clube e aparecem sete trabalhadores lá à porta da travessa a chamar o presidente da câmara, que era o Chitas. E o senhor foi. O que é que eles queriam? Trabalho. Nessa altura a câmara nunca tinha dinheiro. Eram os presidentes da câmara que às vezes arriscavam o dinheiro deles, emprestando à câmara para os homens irem ganhar a vida. E o Chitas já por lá trazia uns centos de contos emprestados à câmara... E apareceram-lhe mais aqueles sete a quererem trabalhar para a câmara, porque não havia trabalho. E eu trazia ali a *Torrinha* de renda e trazia lá homens a trabalhar. Vi o Dr. Chitas aflito e disse: ‘Talvez eu resolva o problema aí por uma semana ou duas. Estes sete, eu meto-os lá duas semanas e pago-lhes com o meu dinheiro o serviço’. Agradeceram. No outro dia, desses sete apareceram dois. Os outros não foram, não precisavam. Foi só para atacar o Chitas...”.

Este episódio lembra as palavras do administrador do concelho em diálogo com o lavrador no romance de Saramago (tentando desculpá-los como crianças incoerentes):

---

Montemor-o-Novo: quando os trabalhadores pediam trabalho aos agrários, alguns repondiam: “Vão comer palha!”, *op. cit.*, p. 339.

<sup>162</sup> Entrevista a Caetano, de alcunha *Espanhol*, *Avis*, 23/5/1998.

<sup>163</sup> José António Santos – “Municípios”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *op. cit.*, *Suplemento F/O*, vol. VIII, p. 572.

“Vá lá uma pessoa entendê-los, quando não há trabalho, que não há trabalho, se há trabalho, não estão para isso. (...) Coitados, são uns pobres diabos que nem sabem o que querem, Uns ingratos, diz o administrador...”<sup>164</sup>.

De qualquer modo é incontestável que nos anos 50 o desemprego ainda existia, nem que fosse sazonal. E os *ricos* eram responsabilizados directamente pela miséria que ele causava e pela solução dos problemas que o Estado não resolvia.

“Caetano – Cheguei a andar 9 semanas sem trabalhar.

– E nessas alturas tinha de comer por fiado?

Caetano – Por fiado. Passei pela praça e vinha o Asdrúbal Braga: ‘Sr. Braga, tenho as minhas filhas sem pão’. E ele meteu a mão no bolso, puxou um maço de notas e deu-me 50\$00. Nem uma palavra me voltou. Eu só disse: ‘Obrigado’. Isto em 50, mais ou menos. Em 61 pedi-lhe trabalho e ele: ‘Nã te esqueças que ainda me deves 50\$00’. Para quem foi para lá aos 7 anos e abalei de lá aos 20 e tal...”

A indignação deste trabalhador justifica-se pela prática instituída da esmola e da caridade cristã: o *pobre*, o necessitado, tinha direita a ela, assim como o *rico* que não a dava era pecador e certamente não chegava ao céu (mais facilmente passava um camelo pelo buraco de uma agulha...) <sup>165</sup>. Os próprios lavradores em geral preferiam (através das suas mulheres e criadas) dar alguma esmola em produtos alimentares do que pagar salários por trabalhos que em princípio não necessitavam. Verificava-se efectivamente uma identificação entre os *ricos* e o Estado na função de resolução dos problemas sociais, o que se justificava pela promiscuidade que havia de facto entre o poder político e o poder económico, que era dominado sempre pelas mesmas pessoas que também possuíam a terra, os postos de trabalho e até as casas onde os trabalhadores viviam <sup>166</sup>. Mais: o próprio Estado revalorizou como ideologia dominante a assistência social privada. Nas palavras de Teotónio Pereira, “No campo o que que nos interessa, dentro das casas brancas e pequeninas, é a família” <sup>167</sup>. E completa com as seguintes máximas: a unidade moral da Nação começa à volta de cada

---

<sup>164</sup> *Op. cit.*, p. 104.

<sup>165</sup> Esta mentalidade foi analisada por Maria Aliete Galhoz – “Algumas notas sobre o romance ‘Lázaro e o rico’. Testemunhos Alentejanos e Algarvios”, *No Paraíso Real...*, pp. 27-43.

<sup>166</sup> Também não se distinguiam os acontecimentos locais e os problemas da vida privada, dos acontecimentos à escala nacional. Este fenómeno foi descrito num estudo de caso sobre a Bretanha e aplica-se ao meio rural alentejano do mesmo período: “Tant que le bien-être social et économique passe pour le produit de forces et de décisions purement locales, tant que les événements de la vie privée semblent résulter seulement de qualités et de défauts personnels, il n’existe pas de problèmes politiques à l’échelle de la nation”, Suzanne Berger – *Les Paysans contre la Politique. L’Organisation Rurale en Bretagne, 1911 – 1974*, Editions du Seuil, Paris, 1975, p. 60.

<sup>167</sup> Pedro Teotónio Pereira – *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, 2ª ed., Livr. Clássica Ed., Lisboa, 1937, p. 139.

lareira e as Casas do Povo constituem a fórmula completa para a realização dos deveres sociais do Estado na agricultura<sup>168</sup>.

O recurso às instituições de assistência colectiva devia fazer-se apenas nos casos em que a família não pudesse mesmo valer, como se pode ver na própria legislação: “Normalmente, todo o homem deve encontrar o quadro familiar e nos recursos do seu trabalho os meios de prover à sua subsistência e ao aperfeiçoamento das suas faculdades (...) a actividade assistencial pertence, em regra, às iniciativas particulares, incumbindo ao Estado e às autarquias, sobretudo, promover e auxiliar os seus generosos impulsos”<sup>169</sup>. Assim, especialmente em meio rural, o papel das instituições particulares de assistência pública foi incrementado nestes anos. Entre estas instituições, as Misericórdias ocupavam um papel de liderança. Dirigidas também pelas elites locais, agiam sob o “generoso impulso” da caridade cristã (sobretudo feminina) e para tranquilidade das almas que para ela contribuía. Supriam ainda as faltas que a assistência pública nitidamente apresentava: as câmaras rurais tinham a obrigação legal de prestar assistência aos doentes pobres do seu concelho, mas muitas não possuíam os meios económicos para o fazer<sup>170</sup>.

Este discurso só mudou com a Reforma da Previdência Social em 1962<sup>171</sup> e com a criação dos Ministérios da Saúde e Assistência e da Previdência e Corporações. Apenas nestes anos a intervenção estatal começou a ser “conceptualizada como resposta necessária às limitações das instituições privadas de protecção social”<sup>172</sup>. Por isso pode afirmar-se que, até então, o Estado dimitira-se deliberadamente dessas funções e atribuía-as às instituições privadas, corporativas e de poder local<sup>173</sup>. Como consequência os trabalhadores responsabilizavam as elites que as dirigiam por todos os seus problemas, uma vez que, de

---

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 80. Para entender melhor a mentalidade da época quanto ao trabalho e à Segurança Social, ver *ABC do Seguro Social*, Edição da D.I.C.I., Lisboa, 1949. Sobre as funções das Casas do Povo, ver o modelo dos seus estatutos, publicado no *Boletim do INTP*, ano VIII – nº 4, 28/2/1941, p. 101. Pode ler-se no artigo 6º que as Casas do Povo devem: “Contribuir para a realização de melhoramentos locais (...), tendo, porém sempre em vista o combate ao desemprego e devendo, para êsse efeito, cooperar em obras de iniciativa e responsabilidade do Estado, das autarquias locais ou dos proprietários, executadas em épocas de falta de trabalho”, p. 101. Todas estas características enquadram-se na ideologia do Estado Novo, que incentivou os mitos da “ruralidade” e da “pobreza honrada”, analisados em Fernando Rosas – “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 1035.

<sup>169</sup> Proposta de Lei sobre o Estatuto da Assistência Social, *Diário das Sessões...*, 25/2/1944, p. 71.

<sup>170</sup> Por exemplo, deputado Miguel Bastos queixou-se na Assembleia Nacional que os Hospitais Cívicos de Lisboa recusavam os doentes enviados por algumas câmaras quando estas tinham contas atrasadas “Tem-se entendido – e a meu ver muito bem – que ao doente pobre sem ascendentes ou descendentes em posição económica de lhe assistir deve o Estado prestar a assistência médica e hospitalar de que necessitar (...) A Câmara envia o doente aos Hospitais Cívicos de Lisboa e estes dizem: a câmara deve mais de 50.000\$00, o doente não pode entrar. Regresse ao seu domicílio. (...) A câmara deve. O doente não pode ser tratado”, *Diário das Sessões...*, 24/3/1950, pp. 591-592.

<sup>171</sup> Lei nº 2.115, de 18/6/1962.

<sup>172</sup> Karin Wall – “Apontamentos sobre a família na política social portuguesa”, *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), 1995, p. 431. Esta autora analisa ainda as modificações introduzidas com a constituição de 1976, p. 435.

facto e na prática, era este o único grupo com a obrigação instituída para lhos resolver. Actualmente já não se atiram culpas para os *ricos* em geral: a centralização do poder fez com que o *governo* passasse a ser responsabilizado automaticamente por tudo o que acontece.

Ao fim dos três mandatos que a legislação previa<sup>174</sup>, Heliodoro Lopes Chitas foi substituído no cargo pelo já referido Dr. Belo Gonçalves Coelho (a vereação manteve-se com os mesmos rendeiros e comerciantes), o qual, longe de ser um *rico*, não deixava de pertencer à elite local pela sua posição de professor e director do colégio, além de genro de um construtor civil enriquecido. Originário do distrito da Guarda, foi para Avis como professor:

“Dr. Belo – Fui para Avis em princípios de Outubro de 1958. Um anúncio publicado num jornal levou-me a contactar o Dr. Marcelino, então de férias na Figueira da Foz. Ele, então director do colégio de Avis, ofereceu-me um ordenado bastante superior ao do Colégio de Sangalhos (para onde estava a pensar ir), o que me levou a ir para Avis. O colégio ainda não estava terminado. As obras eram feitas pelo meu sogro e custeadas por um grupo de pessoas, entre elas o Dr. Marcelino, o Sr. Portela e o meu sogro. Acho que a ideia da maior parte das pessoas era conservar os filhos o mais tempo possível junto de si, até rumarem para a Universidade”.

Apesar de, pelo menos no início, ter mantido relações de sociabilidade com as elites fundiárias locais, a sua imagem perante o povo parece ter sido muito diferente da do seu antecessor, pelo seu contributo para o desenvolvimento do concelho (a instalação das fábricas) e pelo incentivo à construção de bairros sociais, promovidos com o auxílio da Igreja e aceitando generosos contributos dos notáveis locais<sup>175</sup>, assim como pela construção do Clube Náutico e do edifício da Casa do Povo em 1966. Além do mais a tensão social do concelho estava muito mais aliviada nesses anos devido ao factor de peso já descrito: a emigração. E isso reflectiu-se no diferente tratamento que cada um sofreu no período pós-25 de Abril...

“Dr. Belo – Quando o Dr. Chitas, por força da lei, abandonou a Câmara, fui abordado no *Clube dos Ricos* pelo Dr. Álvaro, que me convidou para ser vice-presidente, com ele Presidente da Câmara. Pedi-lhe um dia para pensar, e no dia seguinte disse-lhe que não

---

<sup>173</sup> Ver Manuel de Lucena – *Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols., Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976.

<sup>174</sup> Sobre o poder local no período do Estado Novo ver: António Rebordão Montalvo – “O poder local e a participação dos cidadãos”, in Mário Baptista Coelho – *op. cit.*, pp. 469-483.

<sup>175</sup> Em Fevereiro de 1966, por exemplo, o jornal *O Avisense (mensageiro regional)*, dirigido e escrito pelo pároco local, o Padre Valdemar Carrilho, noticiou a construção do oficialmente denominado “Bairro dos Pobres”, um bairro social onde ficaram duas casas por acabar. O padre pediu a contribuição dos leitores, “nós todos, ricos de bens materiais e ricos pelo menos de generosidade do coração”, para o fim das obras, indo assim em socorro dos “desprotegidos da sorte (...) se a caridade não é uma palavra vã, importa cerrar fileiras, urgentemente, em prol dos pobrezinhos, dos doentes, das crianças, dos velhinhos”. No mês de Abril noticia a oferta de 2.000\$00 por parte da Sr<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Maria Teresa Lopes Presado e seu esposo (o deputado).

aceitava. Perguntou-me se aceitava ser Presidente, eu respondi que sim. E assim fui nomeado”.

Portanto, foi convidado por um dos maiores proprietários locais, mas com quem depois cortou relações. Aparentemente os notáveis locais pensaram colocar na câmara alguém fácil de *controlar*, ainda por cima sem ligação à União Nacional<sup>176</sup>. Mas o tiro parece ter-lhes saído pela culatra...

No que diz respeito ao colégio, chamado Externato Mestre de Avis:

“Dr. Belo – Quando fui para Avis, o colégio já funcionava, suponho que há um ou dois anos, com alvará provisório. Era frequentado, e continuou a ser, por todo o tipo de alunos, filhos de gente pobre e rica. Dada a boa fama que criou, passou também a ser procurado por alunos de todos os pontos do país. Alojavam-se em casas particulares, e o seu número levou-me mais tarde a construir um internato. Quer sob a direcção do Dr. Marcelino quer sob a minha, sempre o colégio se preocupou com os alunos pobres, facilitando, reduzindo, ou até prescindindo do pagamento de mensalidades.

– E o acordo com a Fundação Abreu Calado para receber alunos da Escola Agrícola?

Dr. Belo – Nessa linha de orientação, estabeleceu-se um protocolo com a Fundação Abreu Calado, segundo o qual nos eram indicados os 3 ou 4 melhores alunos de cada ano, os quais frequentavam o colégio sem qualquer pagamento”.

“JNPS – Com o colégio permitiu-se à população um grau maior de ensino. O colégio arrancou cerca de 1953-54 e permitiu uma gama relativamente variada de escalões sócio-económicos. Filhos de trabalhadores rurais terá havido muito poucos. Mas houve depois a admissão de alunos vindos aqui da escola agrícola de Benavila. Muitos alunos faziam ali parte da escolaridade e depois vinham para aqui completar. Havia realmente uma população escolar alta.

– Mas o aluno pagava?

JNPS – Pagava.

– O actual (em 1998) presidente da Câmara, Bartolomeu, também cá andou?

JNPS – Andou. Depois fez em Évora o Curso de Regente Agrícola. Era filho de trabalhadores rurais da fundação. (...) Eles tiveram uma grande resistência dos ricos, que não queriam o colégio por nada”<sup>177</sup>.

A questão da escolaridade em meio rural dá origem a grandes discussões. Não faltam os que culpam directamente Salazar por manter o povo na ignorância, esquecendo que foi no Estado Novo que mais escolas se construíram (não há vila ou aldeia onde não se encontre a casinha estilo “português” onde funcionava a escola primária e que hoje se encontra geralmente abandonada), o que também está relacionado com a longevidade do próprio regime. Em Avis a escola primária para meninos e para meninas, separados claro, funcionou

---

<sup>176</sup> “Embora para tal tenha sido solicitado inúmeras vezes, nunca pertenci à União Nacional nem à Legião Portuguesa” – palavras do Dr. Fernando Nuno Belo Gonçalves.

<sup>177</sup> Dr. Joaquim Nuno Pires da Silva, vereador da cultura da Câmara Municipal de Avis entre 1990 e 1997, Avis, 20/8/1998.

pelo menos desde o início do século XX. Nas diversas freguesias rurais outras foram sendo instaladas. Isto não quer dizer que toda a população as frequentasse. A começar pelas próprias elites, que não colocavam os seus filhos na escola, preferindo pagar a professores particulares em casa, para não haver misturas. E dentro deste grupo também havia a distinção sexual: se os meninos iam fazer o exame da 4ª classe à escola oficial e seguiam para o liceu em Portalegre ou em Lisboa, as meninas *não precisavam disso para nada*, ficando em casa a aprender outras prendas muito mais *úteis*, como cozinha ou bordados. Isto deu origem a gerações de filhas, irmãs e mulheres de lavradores que foram impedidas de ter ou exercer uma profissão, mesmo a sua de agricultoras, que era delegada nos seus pais, irmãos ou maridos. Muitas vezes estas senhoras tinham até maiores aptidões que os irmãos que estudaram<sup>178</sup>. Casos desses em Avis há vários e as senhoras tiveram de viver de rendas o resto da vida, sofrendo verdadeira penúria quando as suas terras foram ocupadas e não tinham já idade nem quaisquer habilitações para iniciar o exercício de uma actividade remunerada. A simples menção de uma profissão feminina nesta classe social era inaceitável. No concelho de Avis, as meninas que conseguiram fazer estudos secundários, ou algumas até superiores, eram de famílias de uma elite urbana de serviços ou de pequenos proprietários, que compreenderam que as filhas precisavam de uma ferramenta para exercerem uma profissão que lhes permitisse manter ou elevar o seu nível económico e social, já que os bens que viessem a herdar não eram suficientes para isso. E também porque sabiam que o mercado matrimonial local dos herdeiros das famílias dos maiores proprietários lhes estava vedado, pois a endogamia imperava neste grupo<sup>179</sup>. Assim, ou estudavam, ou acabavam por ficar mais pobres... Por isso os *ricos* resistiram ao colégio, que foi fundado por um grupo com origens sociais diferentes da tradicional elite fundiária e que já tinha a intenção de ver os filhos e filhas com uma formação superior.

No que diz respeito aos *pobres*: naturalmente que as péssimas condições de vida e a necessidade de entrar no mundo do trabalho muito cedo (os rapazes geralmente por volta dos 6 anos) contribuía para que o distrito de Portalegre tivesse das mais baixas taxas de

---

<sup>178</sup> Por exemplo, a Srª D. Alice Lopes Azevedo (n. 1909), entrevistada em Lisboa em 1997, queixou-se amargamente por o pai não lhe ter permitido fazer o liceu. O grande investimento familiar foi no irmão: a família mudou-se para Santarém e mais tarde para Coimbra para o menino frequentar o liceu e depois a Faculdade de Medicina. Entretanto, ele desenvolveu uma esquizofrenia e nunca chegou a exercer a sua profissão.

<sup>179</sup> As estratégias matrimoniais deste grupo até 1941 foram descritas em Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, pp. 129-129, e mantêm-se muito semelhantes até ao presente. Os casamentos realizam-se no interior de um grupo restrito de famílias, ainda se casam parentes muito próximos e ouvem-se comentários como o seguinte sobre as qualidades de uma noiva potencial para um herdeiro de grandes propriedades: “Já se conhece a rapariga, e é da nossa família...”

alfabetismo do país. Segundo os dados apresentados por Castro Caldas, entre 1950 e 1957 60% dos portugueses do continente estavam alfabetizados (H = 68%, M = 52%), mas em Portalegre este valor era de apenas 49% (H = 55%, M = 42%)<sup>180</sup>. Porém, os factores explicativos desta situação é que não foram ainda suficientemente desenvolvidos. A recolha oral efectuada permitiu apurar que para além dos factores económicos que impediam o acesso da maioria das crianças das classes desfavorecidas à escola primária, outros factores bastante importantes agravaram esta situação. Um dos principais era o local de residência: a dispersão dos trabalhadores justos pelos *montes* impossibilitava os seus filhos de se deslocarem diariamente à *vila* ou à *aldeia* mais próxima para frequentarem a escola.

“– Então não pôde ir à escola?

Charuto – Não, *ná* havia escola nenhuma. Só havia escola em Avis. E então ninguém ia à escola. A malta da minha idade ninguém aprendeu a ler. Só aprenderam a ler alguns foi depois quando foram para a tropa. Eu *nã* fui”.

“– Então e não andou à escola?

Júlia – Então onde? Nem havia dinheiro para a gente ir para a escola.

– Não foi à Figueira? Na Figueira havia uma escola?

Júlia – Mas era muito longe.

– Era muito longe? Então não chegou a aprender a ler?

Júlia – Não. O meu irmão sabe, mas aprendeu depois de grande”.

E se de facto alguns trabalhadores conseguiram estudar depois de adultos<sup>181</sup>, outros não tiveram essa coragem ou capacidade:

“Lagarto – Toda a vida trabalhámos muito tempo, o tempo que a gente éramos gaiatos, no lugar de havíamos de ir para a escola, íamos *gordar* (*guardar*) gado. Porcos.

– E depois de adulto nunca pensou em ir aprender?

Lagarto – Pois pensei sim senhora, e havia, naquele tempo já havia escola de adultos. Mas como a gente naquele tempo andávamos saturados com tanto trabalho, e então *chigávamos* à *nôte*, não tínhamos vontade. Porque a gente *arregávamos* de *nôte* e chegávamos de *nôte*, a bem dizer que *nã* tínhamos horário. Era só trabalhar, trabalhar, trabalhar. Pronto. E *ódepois*, a que horas me *dêto*?”<sup>182</sup>.

Alguns aproveitaram o período da tropa ou da prisão para aprender a ler e expandir os seus horizontes:

<sup>180</sup> Eugénio de Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro – *Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1963. Acrescenta ainda os números de universitários com cada 1.000 habitantes: no país era de 3,8; Portalegre = 2,9; Lisboa = 14,8; Coimbra = 5; Porto = 6,2.

<sup>181</sup> Sobre o tema da escola nocturna ou de adultos na realidade portuguesa actual, ver Maria José Bruno Esteves – *O retorno à escola: a procura de formação no ensino recorrente de adultos face aos novos contornos do analfabetismo*, Tese de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

<sup>182</sup> Entrevista a Arnaldo Gomes Barradas Montesinho, de alcunha *Lagarto*, Monte do Pereiro, Avis, 10/6/1998.

“– Nunca aprendeu a ler, então? Ou aprendeu mais tarde?

Caetano – Aprendi mais tarde, porque eu, descontente com a situação que estava, fui preso. Não matei, não roubei, *tive* lá 5 anos.

– E porque é que foi preso?

Caetano – Porque era um descontente da sociedade. Filiei-me ao PC em 1950.

– O Sr. também espalhava papéis?

Caetano – Espalhava.

– Mas nessa altura já sabia ler?

Caetano – Não sabia ler. Eu só aprendi a ler alguma coisa dentro da prisão, não porque eles quisessem. E fiz a 4ª classe aos 60 anos”.

Já Salazar se *queixava* do problema da educação escolar: citando o professor Serras e Silva, Christine Garnier escreveu: “Lembre-se de todos os homens na força da idade que *não querem perder tempo* a ir à noite à escola. As nossas crianças ainda não adquiriram o hábito de trabalhar com os livros ou então são desviadas da escola pelas famílias. Os *descontentes* dizem que em Portugal os salários muito baixos obrigam os pais a mandar trabalhar os filhos quando ainda são pequenos, privando-os assim de toda a instrução”. Segundo este verdadeiro instrumento de propaganda, o Presidente do Conselho tinha plena consciência que de havia outras prioridades económicas e sociais profundas a resolver, o que o fez deixar para mais tarde a obra da educação, “de rendimento seguro mas lento”<sup>183</sup>... E pelos vistos havia muitos *descontentes* em Portugal: pelo menos até aos anos 50 a maior parte dos trabalhadores rurais continuou a mandar os filhos trabalhar muito cedo, pois era incapaz de os alimentar e mesmo de os ter em casa enquanto trabalhava.

“– E onde é que ganhava melhor, era nas casas ou no campo?

Mascote – Olhe, nas casas tínhamos um privilégio melhor: é que comíamos! Tínhamos a barriguinha cheia”.

Os salários eram baixos, por vezes eram inexistente em certas alturas do ano. E quando havia muitos filhos revelavam-se ainda mais as enormes dificuldades para os criar. Sobretudo nos casos de mães solteiras ou viúvas, órfãos e doentes: por trás de uma criança que trabalhava havia sempre um pai morto ou ausente, uma mãe doente, ou um número exagerado de irmãos<sup>184</sup>. Havia uma nítida diferença quando se tinha apenas um filho ou dois,

---

<sup>183</sup> Christine Garnier – *Férias com Salazar* (1ª ed. de 1952), 2ª ed., Prefácio de Fernando Rosas, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2002, pp. 96-97 (itálico meu).

<sup>184</sup> Só para se ter uma noção da forma (ao nossos olhos ridícula) como estes assuntos eram objecto de preocupação para os teóricos do início do Estado Novo, incluo a seguinte citação: “Sabe o mais inculto dos homens que a doença, porque dá sofrimento e limita a actividade, pesa grandemente sobre o espírito e a economia do indivíduo atacado por ela”, José Alberto de Faria – *Preceitos Sanitários*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936, p. 5.

ou quando se criava uma *rancho* de cinco ou seis ou dez<sup>185</sup>. E as meninas mais privilegiadas ainda podiam aprender costura, enquanto que a maioria nem isso.

“– Teve duas filhas, não foi? E porque é que só teve duas?

Charuto – (risos) Chegavam bem.

– É que havia muita gente que tinha mais filhos...

Charuto – No outro tempo havia muita gente que tinha mais. Lá em casa do Tio Zé Varela havia lá vários criados que uns tinham 4, outros tinham 10. As pessoas governavam-se muito mal.

– E as suas filhas andaram à escola?

Charuto – Andaram à escola. Fizeram a 4ª classe e depois foram estudando à medida que elas quiseram. À noite, de dia trabalhavam. Trabalharam como costureiras, muitos anos”.

“Passita – As costureiras eram consideradas as meninas finas da época relativamente àquelas que tinham de ir para o campo para ajudar o orçamento familiar, que eram a maioria”.

Enquanto os rapazes começavam a guardar porcos muito cedo, sofrendo nas mãos do *maioral*, que geralmente os maltratava<sup>186</sup>, as meninas, pelo mesmo motivo de falta de condições em casa para as alimentar e vestir, eram colocadas em casas abastadas na condição de criadas, nem que fosse para “entreter” e brincar com os filhos dos patrões, ou fazer os *mandados* (recados e pequenas compras).

A isto chama Álvaro Ferreira da Silva a “exportação” de filhos como um “meio de aliviar o peso do consumo”<sup>187</sup>. Este autor descreveu a “circulação pré-matrimonial dos jovens entre os diferentes agregados domésticos, trabalhando como criados” em Oeiras no final do século XVIII, mas encontram-se grandes semelhanças com o meio rural alentejano pelo menos até meados do século XX. Tanto no caso dos *ajudas* na lavoura como no das *criadas* dentro de casa, havia uma vantagem considerável para o patrão:

“O trabalho doméstico oferecia igualmente uma forma eficaz de lidar com o factor trabalho em economias caracterizadas por baixos preços dos produtos agrícolas, salários à jorna altos e reduzidas disponibilidades monetárias por parte dos lavradores. Uma força de trabalho imóvel, trabalhando em contratos anuais e em que uma parte da remuneração é composta pelo

---

<sup>185</sup> O que se enquadra na categoria que Giddens classificou como Pobreza Relativa: “who are the poor? People in the following categories are particularly likely to be in poverty: those in part-time or insecure jobs, the unemployed; older people; the sick and disabled; and the members of large families and / or single-parent families”, *op. cit.*, p. 327. Este autor usa a definição de Peter Townsend, 1979: “poverty in terms of lack of resources to maintain ‘the living conditions and amenities which are customary, or at least widely encouraged or approved’ in society”.

<sup>186</sup> Relatos sobre estas situações também aparecem no filme *A Lei da Terra*, realizado por Grupo Zero, RTP, 1977. E inevitavelmente Saramago relata estes casos: “E mais, noite adiante, por judiaria maldosa, ia ver se o sobrinho dormia e atirava-lhe com um saco de trigo para cima, que ficava o pobre a gemer...”; “anda de ajuda a guardar porcos (...) O maioral não trata bem, é o costume destas terras e destes tempos (...) São episódios de pastorícia, graças da infância feliz”, *op. cit.*, pp. 47, 87, 89.

<sup>187</sup> Álvaro Ferreira da Silva – “Família e trabalho doméstico no ‘hinterland’ de Lisboa: Oeiras, 1763-1810”, *Análise Social*, Vol. XXI (97), 1987, p. 551.

custo da alimentação e do alojamento, permite uma solução mais lucrativa do que a utilização de jornaleiros com custos mais elevados e sujeitos a uma maior variância”<sup>188</sup>.

O mesmo se passava com os artesãos, que recebiam aprendizes a quem não pagavam durante os primeiros anos<sup>189</sup>.

Excepcionalmente, algumas famílias sem filhos afeiçoaram-se a estas crianças, criando-as como suas, pagando-lhes estudos secundários (ou mesmo superiores) e chegando até a adoptá-las. Em Avis houve alguns casos, motivados pela falta de herdeiros. No entanto, quando havia parentes próximos, estes *afilhados* nunca chegavam a ser perfilhados, pois “os bens não deviam sair da família”, recebendo apenas alguns objectos simbólicos em testamento. Na maior parte dos casos, porém, os filhos dos trabalhadores rurais revelam claramente situações de penúria familiar, e a sua repetição apenas acentua a falta de apoio social e mesmo familiar, pois raramente havia uma avó disponível para tomar conta dos netos (mesmo quando havia, geralmente eram pouco carinhosas ou eram mesmo crueis<sup>190</sup>). No meio das suas descrições, muitas vezes confusas, percebe-se o isolamento e a total ausência de uma estrutura que permitisse as estas crianças viverem uma infância nos parâmetros que actualmente estão estabelecidos para esta fase da vida. De facto a criança pobre surge-nos como um instrumento de trabalho logo que para tal tenha capacidade física. Foi-me citado o seguinte ditado: *O trabalho de menino é pouco, mas quem não o aproveita é louco*<sup>191</sup>. Além do mais, o facto de trabalhar era considerado favorável, pois assim a criança aprendia *um ofício*. E mesmo quando a criança vivia na vila, com a escola mesmo ao lado, havia diversos motivos que a impediam de a frequentar:

“Cassilda – Fui à escola. Fui na idade própria, fui aos 7 anos.

– E fez até que classe?

Cassilda – Olhe, filha, andei só na 2ª classe. Porque eu em casa não tinha quem me ajudasse. E depois eu fui trabalhar, até arranjei umas pessoas muito amigas, mas não foi por gosto, foi porque a minha mãe não podia. Dormia em casa da senhora. Estive lá até talvez aos 13 ou 14. Depois comecei no campo...”<sup>192</sup>.

“Mascote – Tenho uma 2ª classe mal feita...

– Mas chegou então a ir à escola?

---

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 550. Para um resumo deste tema ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Criado”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 163-165.

<sup>189</sup> Por exemplo o carpinteiro João Passita foi trabalhar nesse regime para uma oficina quando tinha 13 anos, mas queixou-se de que “fui contratado por esse indivíduo para trabalhar 4 anos sem ganhar um tostão. Eu trabalhava para ele num regime de escravatura de tal maneira que nem pão e água tinha”, entrevista em Avis, 21/11/1998.

<sup>190</sup> O sentimento geral eram mais na linha de “filhos cadilhos, netos impecilhos”, José Saramago – *op. cit.*, p. 40.

<sup>191</sup> Este ditado apareceu também num anúncio da revista *Vida Rural* de 8/9/1973.

<sup>192</sup> Entrevista a Cassilda dos Anjos, trabalhadora rural e depois lojista, Avis, 9/5/1998.

Mascote – Cheguei.

– E porque é que não continuou?

Mascote – Não continuei porque fazia falta à minha mãe para lhe ajudar às canastras de roupa. A D. Clara, professora, dizia para a minha mãe que eu que devia de ir à escola e ela dizia: ‘D. Clara, a minha filha faz-me falta’”.

“Margarida – Andei na escola até fazer a 3ª classe. Só tive 3 anos de escola, menina. Porque eu tive logo de ficar em casa porque o meu pai adoeceu e eu tinha de ir buscar o leite e a minha mãe não podia. Tinha 9 anos quando saí da escola e depois aos 13 fui servir”.

E há um factor que aproxima as senhoras da elite das mulheres do campo:

“– E a senhora chegou a frequentar a escola?

Sofia – Não. Não sei ler, o meu pai não deixou.

– Ele não deixou? Então tinha tido possibilidade de ir à escola?

Sofia – Tinha.

– E porque é que ele não deixou?

Sofia – Porque a gente morava ali a 10mn a pé, era um monte assim muito grande, morava lá muita gente.

– Mas não deixou por ser mulher?

Sofia – Por ser mulher. Eu queria ir, eu chorava. Porque eu queria era a escola. Mas o meu pai não deixou. Dizia mesmo: ‘Se fossem rapazes, eu deixava, mas raparigas não’”<sup>193</sup>.

Esta geração que nasceu nos anos 20 e 30 distingue-se fortemente da seguinte. As filhas destas mulheres estudaram todas e nenhuma seguiu o trabalho rural. Nota-se um interesse particular nestas mães em que as filhas tivessem uma vida melhor do que elas tiveram. E um investimento sério e muito sacrificado nesse sentido. Algumas conseguiram completar o ensino secundário e mesmo tirar licenciaturas, exercendo profissões no sector terciário. Um caso curioso foi precisamente o das filhas desta Sofia, que conseguiram uma bolsa de estudos para frequentarem o colégio de Fronteira, ao mesmo tempo que trabalhavam nas fábricas de tomate durante as férias escolares.

O desnível de formação que se verificou entre estas duas gerações provocou um problema social complicado e deu origem à já referida necessidade de procurar de emprego no exterior, na falta de oportunidades locais para pessoas com habilitações médias ou superiores. Entre um pai analfabeto e um filho licenciado (mais frequentemente uma filha licenciada<sup>194</sup>) vai uma distância muito maior do que os 150 km entre Avis e Lisboa<sup>195</sup>. Vai

---

<sup>193</sup> Entrevista a Sofia Branco Pereira, mulher de Adelino Claudino, no Ervedal, 21/8/1998.

<sup>194</sup> Em 1970, em Portugal, no ensino secundário, os efectivos femininos já tinham aumentado muito e mais rapidamente que os masculinos, ver Georges Duby e Michelle Perrot – *Histoire des Femmes en Occident*, vol. V, Plon, Paris, 1992, p. 446. O mesmo diz Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, pp. 37-38.

<sup>195</sup> Sobre este tema ver o interessante artigo de Jean-Paul Molinari – “De la ferme à l’usine, de l’usine à la fac”, in Guy Patrick Azémar (dir.) – *Ouvriers, ouvrières. Un continent morcelé et silencieux*, Éditions Autrement, Paris, 1992, p. 114,

uma população rural envelhecida e isolada, vai uma geração de netos pouco atenciosos e até envergonhados dos avós, vai uma tristeza muito grande, vai um grupo de filhas a fazerem das mães criadas ou *baby-sitters*, vai um concelho povoado de lares de terceira idade e sem população em idade útil... E se as estatísticas apontam para o Alentejo como a região com maior percentagem de analfabetos ainda em 1991 (24%)<sup>196</sup>, isto apenas significa que os alentejanos que aprenderam a ler saíram quase todos de lá...

O censo de 1981 (ver anexo 5) faz-nos um retrato impressionante desta realidade, ao mostrar umas taxas de analfabetismo altíssimas para os distritos do Sul, sobretudo em Beja e Portalegre. Avis, então, tem o dobro da taxa nacional (40,6%), revelando que melhorou apenas 10% entre os anos 50 e 80. Analisando a composição etária da população, percebe-se que esta realidade está ligada à faixa etária dominante: a população com mais de 60 anos (onde os níveis de escolaridade são mais baixos) tem quase quatro vezes mais efectivos que a faixa dos 55 a 60 anos e sobretudo há uma enorme disparidade em relação à faixa dos 30 aos 40 anos, portanto a população na idade mais produtiva. Os quadros de Avis não diferem muito dos do distrito de Portalegre, onde se revela a enorme diferença entre as taxas de analfabetismo na população com mais ou menos de 60 anos em 1981 e a respectiva divisão por sexos: as mulheres mais velhas têm taxas de analfabetismo muito superiores às dos homens, sobretudo as que nasceram até meados dos anos 40; a partir de então, as taxas baixam consideravelmente e a situação dos homens e das mulheres torna-se muito semelhante, chegando a geração que nasceu depois de 1960 a ter taxas mais baixas para as mulheres, o que aliás coincide com a média nacional, se bem que permanecendo um desnível significativo: enquanto a faixa dos 15 aos 19 anos já tinha baixado a taxa de analfabetismo para os 1,9% a nível nacional, em Avis ainda se verificava um valor de 5,4%.

Como já se viu, o verdadeiro descalabro demográfico deu-se sobretudo nos anos 60, permitindo que em 1973 o retrato de Avis fosse até bastante favorável face ao panorama do Alentejo. Os dados apresentados por Michel Drain para este ano revelam níveis de desemprego baixos neste concelho, e sobretudo para a vila de Avis, que absorvia mão-de-obra de Benavila, Ervedal e Ponte de Sor, empregada sobretudo na fábrica Martins e Rebelo (de

---

onde o autor descreve o universo das famílias operárias cujos filhos frequentam estudos superiores e experimentam uma dualidade cultural difícil de absorver. Este autor refere o espanto de um operário perante o seu filho com mais de 20 anos e ainda na escola... e diz que para o filho de um operário a escapada para a universidade nunca é uma experiência banal, mas sim uma experiência de dualidade cultural. No pior dos casos é a experiência da errância entre dois mundos.

<sup>196</sup> Ver, por exemplo, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado – “Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos”, in António Reis (coord.) – *op. cit.*, pp. 307-330.

leite)<sup>197</sup>. Havia também o sector dos serviços que empregava 15,4% da população activa em 1970 (ver gráfico 26 do anexo 5): o comércio, os serviços públicos inerentes à sede do concelho, etc.

“Eng. Barrocas Dordio – Repare, a nossa sociedade no início dos anos 70 tinha já uma classe média com um grande peso.

– No campo também já havia essa classe média?

Eng. Barrocas Dordio– Já havia também. Havia os pequenos proprietários, os rendeiros. Ao nível destas aldeias tinham já mais trabalhadores por conta de outrem, tinham mais gente, tinham professores, tinham os correios a funcionar, tinham a Casa do Povo a funcionar, tinham a GNR, quer dizer, tinham uma série de gente que hoje já não têm. Essas aldeias foram completamente despejadas”<sup>198</sup>.

Neste ano de 1973 saiu também no *Diário de Notícias* uma série de crónicas sobre Avis escritas por Manuela de Azevedo. Começando pelo retrato histórico habitual, com o paleio do património a preservar, etc., a autora apresenta a vila e o concelho como protagonistas de uma “Escalada espectacular: do Feudalismo medieval à integração social de hoje” e uma “Terra progressiva, não se esquece do presente olhando as pedras do passado”<sup>199</sup>. A autora enumera uma série de qualidades e vantagens que não deixam de constituir uma surpresa para quem sabe o que sucedeu apenas um ano e meio depois no período da Reforma Agrária: diz que em Avis não há emigração, pois entre 1970 e 1973 emigraram 4 avisenses. “As indústrias de que se fala, fixadas em Avis por hábil política municipal de captação, estão, aliás, viradas para a agro-pecuária...”. Existiam ainda as confecções, “camisas de exportação para a Escandinávia”, que empregavam 100 mulheres e outros funcionários. Lacticínios: “a mais moderna e vasta da península, com um consumo diário de cem mil litros de leite de vaca, no fabrico de queijos tipo flamengo e tipo serra, preparação de leite em pó e condensado”. Descreve também a fábrica de tomate, que empregava “em média mil pessoas na fábrica e na cultura do tomate”. Fala depois no trigo, cevada, pimentão. E diz que o sobreiro já não é tão rentável por haver novos produtos sintéticos que substituíram a cortiça. Os porcos, que são frequentemente dizimados pela peste suína africana, deixaram de ir pastar nos montados e começa a haver estabulação de porcos. Escreve ainda sobre a lenha que também já não é muito necessária para o carvão, pois há muitos substitutos deste combustível. E que “a típica lareira alentejana vai sendo apenas hábito de gente idosa”. Depois diz que a

---

<sup>197</sup> Michel Drain – “Géographie du Chômage en Alentejo à la Veille du 25 Avril 1974”, in BRITO, Raquel Soeiro (coord.) – *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986, p. 193. A legenda do mapa respeitante a Avis indica: “pouco desemprego”, mas com “desemprego feminino”.

<sup>198</sup> Entrevista ao Eng. Barrocas Dordio, Agrónomo, Ervedal, Monte de Vale da Telha, 21/11/1998.

<sup>199</sup> *Diário de Notícias*, 6/6/1973, p. 11.

azinheira está a ser arrancada e substituída pela vinha. E que há cada vez mais mecanização porque há cada vez menos mão-de-obra, porque a juventude foge dos campos. Sobre os latifundiários de Avis: não compram prédios em Lisboa, mas imobilizam “o dinheiro nos bancos, cujas contribuições enriquecem as terras onde estão as suas sedes. (...) Mesmo assim, dizem os números que a lavoura em Avis não tem problemas, e que os rendeiros fazem fortunas”. Acrescenta ainda que há regresso dos emigrantes da última década. Alimentação: “aqueles que então compravam uma fatia de queijo compram hoje um queijo inteiro”. Passa então ao “ritmo de melhoramento habitacional” e diz que há “cultura e recreio para toda a gente”. Cantinas escolares dão leite e fruta, usando os frutos das laranjeiras que a câmara mandou plantar pelas ruas de Avis. Funciona o colégio e nas suas instalações há o Ciclo Preparatório (oficial, activo desde 1972) que o director cedeu. Descreve ainda os três clubes que funcionavam em Avis.

Não sabemos quem lhe encomendou o sermão, podemos apenas imaginar, mas algo se pode retirar de um tal chorrilho de elogios: as condições de vida em Avis já estavam incomparavelmente melhores do que as que se recolhem nas descrições de um passado não muito distante e ainda muito presente nos seus habitantes. Até a mobilidade social vertical, até há pouco quase impossível, parecia estar a tornar-se uma realidade não tão distante como até então, possibilitada sobretudo pela alfabetização e pelo acesso a estudos secundários e mesmo superiores. Mas se alguns casos de ascensão se davam na vida útil de uma pessoa (segundo a definição de Giddens, “intragenerational mobility” ou “how far they move up or down the social scale in the course of their working lives”<sup>200</sup>), estes ainda eram a excepção. O trabalhador rural que chega a tractorista ou abre uma mercearia ou o seareiro que consegue tornar-se rendeiro ou mesmo pequeno proprietário constituem casos de franca mobilidade, mas não suficientemente acentuada para que possa afirmar-se que um *pobre* tenha passado a *rico*. Assim como os artesãos, os comerciantes e os funcionários viviam numa posição intermédia, também extremamente hierarquizada entre si e cuja importância no meio rural não é negligenciável. Já os novos empresários alugadores de máquinas situam-se num terreno que constituiu uma absoluta novidade na região. Os casos mais marcantes de verdadeiros *emergentes* aconteciam maioritariamente a pessoas que chegavam de fora com diplomas universitários e, por causa deles, casavam com herdeiras ricas. Foi o que aconteceu a dois presidentes da câmara de Avis: Joaquim de Figueiredo em 1886 e Dr. Belo Gonçalves Coelho

---

<sup>200</sup> Antony Giddens – *op. cit.*, p. 229.

em 1963, e mesmo ao tão falado Dr. Presado. O que se tornou bastante mais frequente nestes últimos anos do Estado Novo foi a mobilidade intergeracional, ou “mobility across generations”,<sup>201</sup> da qual em Avis há inúmeros exemplos, alguns dos quais aqui descritos. Portanto, se nos questionamos sobre as motivações desta população para a Reforma Agrária e para as ocupações de terras, temos de as procurar atrás, nas memórias e nos ressentimentos destas pessoas e destes grupos, esquecendo um pouco, como eles fizeram, as melhorias recentes introduzidas na vida dos avisenses.

---

<sup>201</sup> *Ibidem.*